

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Alterações significativas	15
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	59
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	62
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	65
10.5 - Políticas contábeis críticas	66
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	67
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	68
10.8 - Plano de Negócios	69
10.9 - Outros fatores com influência relevante	73

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Ademais, com o objetivo de controlar ou mitigar riscos que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, a Companhia adota, entre outros, as seguintes políticas:

- 1) Política de Contratação de Empresas Médicas: A Companhia possui uma Política de Contratação de Empresas Médicas, aprovada em 21 de fevereiro de 2014 pela Vice-presidência médica da Companhia. Essa política objetiva estabelecer as regras e os procedimentos a serem seguidos para a contratação de empresas médicas, de modo a garantir a segurança e a qualidade dos serviços prestados.
- 2) Regimento Interno do Comitê Médico: A Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2011, o Regimento Interno do Comitê Médico. O regimento tem por objetivo estabelecer as regras de funcionamento deste comitê, que é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, devendo atuar como órgão de consulta da Diretoria de Companhia. O Comitê Médico deve ser chamado a opinar, previamente, sobre questões que afetem as operações da Companhia e de suas controladas que envolvam atividades relacionadas à prática médica.
- 3) Políticas da Segurança, Consistência e Rastreabilidade da Informação. A Companhia implementou, em novembro de 2012, uma Política da Segurança, Consistência e Rastreabilidade da Informação, composta por um conjunto formal de regras e diretrizes que devem ser seguidas pelos colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros que tenham acesso a informações pertencentes à Companhia. Essa política tem por objetivo (i) garantir confidencialidade, integridade e autenticidade da informação; (ii) aperfeiçoar mecanismos para segurança da informação; (iii) assegurar que as informações sejam prontamente identificáveis e recuperáveis de acordo com sua aplicação; (iv) controlar informações geradas na organização; e (v) garantir adequada utilização da tecnologia da informação.
- 4) Política de Suprimentos: A Companhia possui uma Política de Suprimentos, cuja finalidade é estabelecer princípios básicos, atribuições, responsabilidades e procedimentos para solicitação e aquisição de produtos, bens e serviços, em todas as modalidades, com aplicação em todas as empresas do grupo Alliar e seus setores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- 5) Política de Integridade. A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Ética e Conduta que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de *due diligence* de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia). Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível. O Código de ética e Conduta está disponível no site da Companhia.
- 6) Canal para denúncias (hotline): A Companhia implantou em no segundo semestre de 2016 um número telefônico (*hotline*) que permite aos públicos interno e externo realizar denúncias, tirar dúvidas ou fazer questionamentos com relação ao programa de compliance da Companhia. O canal de denúncias oferece a opção de recebimento de denúncias anônimas.
- 7) Adequação dos Controles Internos: A Companhia está robustecendo a sua área de controles internos a fim de se adequar aos procedimentos e prazos que deve observar em virtude de se tornar companhia aberta.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo das políticas adotadas pela Companhia é o de fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Riscos inerentes à Companhia, ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados a questões de segurança e funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação, a novas leis e regulamentações, aos operadores de planos de saúde e a questões reputacionais, surgem no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia analisa estes riscos e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com suas políticas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

As políticas adotadas pela Companhia são implementadas por meio dos seguintes instrumentos:

- 1) Avaliação Mensal de Riscos: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê de Riscos e Compliance responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. São atribuições do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia: (i) a verificação de licenças e alvarás necessários para as operações da Companhia; (ii) a verificação de certidões de tributos federais, estaduais e municipais; (iii) a revisão de todos os contratos de locação da Companhia de forma a garantir a renovação dos contratos, avaliando se há a necessidade de ingressar com ações renovatórias; (iv) o acompanhamento e avaliação sobre o cumprimento da Política de Contratação de Empresas Médicas; (v) a revisão de cláusulas de compliance anticorrupção a serem incluídas nos contratos celebrados pela Companhia; e (vi) o acompanhamento das contingências judiciais e administrativas da Companhia, com avaliação dos riscos envolvidos, principais decisões e eventual necessidade de mudança de prática.
- 2) Monitoramento de Resultado e Ações de Melhoria: O programa SIGA – Sistema Integrado de Gestão Alliar, reúne 80 requisitos em quatro categorias, Agendamento, Comercial, Experiência do Cliente, Processos e Produção, Qualidade e Segurança, estabelecendo um padrão de referência e medição periódica das práticas e KPIs da Companhia em cada unidade, resultando numa classificação de desempenho, SIGA Bronze, SIGA Prata e SIGA Ouro.
- 3) Monitoramento de Qualidade e Segurança: A Companhia adota diversos métodos para monitorar seus resultados e buscar um melhor desempenho. A companhia adquiriu acreditações concedidas pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA"). Por meio de procedimentos periódicos de avaliação integral da qualidade do serviço oferecido pela Companhia, em que são avaliados aspectos de estrutura, processos e resultados, a Companhia adquiriu ao longo dos últimos anos certificações de Nível 3. Para que os certificados emitidos pela ONA sejam obtidos e mantidos, a Companhia deve (i) revisar de maneira sistemática suas estratégias; (ii) manter profissionais com capacitação compatível com a atividade; (iii) analisar o desempenho de seus fornecedores; (iv) possuir planos de contingência; (v) monitorar seus resultados e promover ações de melhoria; e (v) cumprir a legislação vigente e ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta.
- 4) Segurança da Informação. Por meio da Política de Segurança, todos os colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros que tenham acesso a informações pertencentes à Companhia são orientados a manter qualquer informação como sigilosa e confidencial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Além disso, conforme previsto no Código de Conduta, todos os colaboradores devem estar sempre atualizados em relação às respectivas políticas bem como seus procedimentos, buscando orientações da área jurídica da Companhia quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações.

- 5) Relacionamento com Terceiros. A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética e Conduta os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.
- 6) Monitoramento de Terceiros. De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas de anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção. Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito da Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.
- 7) Relacionamento com Órgãos Públicos. A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013, devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.
- 8) Supervisão de Práticas Médicas: A supervisão e definição de práticas médicas e padrões de qualidade são realizadas pelo Comitê Médico da Companhia, que possui as seguintes atribuições e responsabilidades: (i) fixar diretrizes e políticas das práticas médicas da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Companhia, com exceção da remuneração dos médicos, que caberá ao Conselho de Administração; (ii) indicar, supervisionar e solicitar a substituição do Diretor Médico da Companhia, decisão que deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia; (iii) definir os padrões de qualidade dos exames médicos oferecidos pela Companhia e por suas controladas ou coligadas, considerando-se os equipamentos que a Companhia possui ou venha a possuir; (iv) controlar a observância das normas éticas regulamentares da profissão médica; e (v) definir os equipamentos que deverão ser adquiridos pela Companhia ou por suas controladas ou coligadas, respeitadas as necessidades médicas. Ainda, o diretor médico de cada unidade realiza uma revisão estatística dos laudos realizados na sua respectiva unidade, garantindo, por meio de uma mostra, a qualidade dos laudos expedidos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, a Companhia adota uma estrutura organizacional integrada entre diferentes órgãos da administração e comitês da Companhia, que gerenciam e monitoram seus riscos de acordo com seus valores, princípios e diretrizes.

A Companhia possui, dentre outros, os seguintes comitês:

Comitê de Ética

A Companhia possui um Comitê de Ética que será convocado na medida em que houver necessidade (convocação por demanda). Tal comitê é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica, sendo responsável por avaliar e decidir sobre casos de violação ao Código de Ética e Conduta.

Comitê de Risco e Compliance

A Companhia possui, desde 2012, um Comitê não estatutário de Riscos e Compliance, responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. O Comitê é composto por um representante do departamento jurídico, pelo diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que reportam-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Os membros deste Comitê devem se reunir mensalmente para acompanhamento de riscos, sendo que a cada reunião um relatório sumário dos assuntos tratados deve ser gerado. As atribuições do Comitê de Riscos e Compliance estão descritas no item 5 (b) (ii) acima.

Comitê Médico

O Comitê Médico da Companhia, instituído em 2011, possui um caráter de funcionamento permanente, devendo atuar como órgão de consulta da Diretoria de Companhia. O Comitê é composto por 7 (sete) membros, sendo a maioria médicos e todos eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, os quais serão majoritariamente pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa. Caberá aos acionistas o direito de indicar 5 (cinco) membros do Comitê Médico, sendo (a) 4 (quatro) membros indicados pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Issa, os quais deverão ser médicos radiologistas e (b) 1 (um) membro indicado pelos FIPs Pátria. Os demais 2 (dois) membros do Comitê Médico serão eleitos pelo Conselho de Administração, conforme indicação dos demais acionistas signatários do acordo de acionistas.

Comitê de Aquisições

O Comitê de Aquisições, instituído em 19 de maio de 2011, é um órgão de assessoramento e instrução permanente cujas competências envolvem o auxílio na coordenação e na avaliação de aquisições de novas sociedades pela Companhia. Tal atividade tem por fim mitigar os riscos que a Companhia está exposta ao combinar a estrutura operacional com as novas investidas.

O Comitê de Aquisições é constituído por 6 (seis) membros, sendo 2 (dois) indicados pelos FIPs Pátria, 2 (dois) indicados pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa e 2 (dois) eleitos pelo Conselho de Administração, conforme indicação dos demais signatários do acordo de acionistas.

Por fim, ressalta-se que os trabalhos de todas as áreas e departamentos da Companhia passam por testes para avaliação dos controles internos. A responsabilidade primária pelo gerenciamento de risco e manutenção dos controles internos é de cada área da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A verificação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e controles é supervisionada pelo Conselho de Administração, que tem por missão também assegurar conjuntamente a integridade, adequação e a eficácia dos controles internos. A Administração da Companhia elabora planos anuais de auditoria e os aplica como uma forma de avaliar os mecanismos de controle.

Um outro meio objetivo de verificação da eficácia das políticas de gerenciamentos de riscos se dá pelo programa SIGA que avalia cada unidade por meio de 80 requisitos, resultando numa classificação de desempenho: SIGA Bronze; SIGA Prata e SIGA Ouro. Tal classificação indica à administração da Companhia os focos de atenção na gestão de cada unidade.

Por fim, para manter os padrões e certificações concedidos pela ONA, a Companhia deve, entre outros, monitorar de maneira periódica seus resultados e promover ações de melhoria, ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta e revisar periodicamente suas políticas e instrumentos, medidas que contribuem para uma verificação sistemática da efetividade de suas políticas e procedimentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

Não obstante não possua uma política formalizada, a Companhia possui um Comitê de Riscos e Compliance, conforme mencionado no item 5.1, que se reúne mensalmente, nos quais são discutidos todos os riscos considerados relevantes, as ações que serão, ou foram, tomadas para mitigar seus efeitos e as melhores práticas de controles internos das áreas corporativas.

Ademais, a Companhia adota como conduta de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) monitorar frequentemente o desenvolvimento de seus projetos e as tendências do setor de diagnósticos e saúde para aprimorar a compreensão e análise de mercado como forma de atenuar os riscos e maximizar o retorno do negócio; e (iii) monitorar a eficiência e diligência nos seus gastos, analisando seus diversos processos e a forma como os investimentos estão sendo alocados, bem como o acompanhamento do volume de despesas, buscando meios para que sejam reduzidas, atenuando, assim, riscos de desperdício e mal gerenciamento de recursos.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção são aqueles decorrentes de liquidez, de resultado devido a oscilações de taxas de mercado e de crédito.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*Hedge*)

Risco de taxas de juros: Para garantir a proteção patrimonial a administração mantém suas aplicações atreladas ao CDI, de modo a garantir um *hedge* natural frente à sua exposição passiva, mitigando, desta maneira, parte do impacto negativo de oscilações de taxas de juros.

A Companhia apresenta, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e Libor entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados

do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável (cenário base) seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2016, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário base uma TJLP em 7,5%, o CDI em 9,50% e Libor em 1,36%. Já o “Cenário possível” contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o “Cenário remoto” um aumento de 50%.

	Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário Remoto 50%
Empréstimos Indexador:				
CDI + 1,54% a 4,43%	206.571	27.524	34.405	41.286
Libor + 3,5% a 3,59%	53.007	2.673	3.341	4.009
TJLP + 2,5% a 6%	2.719	352	440	528
Instrumentos financeiros derivativos (ponta passiva):				
Indexador:				
CDI + 3,5% a 6,95%	200.268	26.684	33.355	40.026
	462.565	56.898	71.123	85.348
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários				
Indexador:				
100% a 102,5% CDI	138.197	13.381	16.727	20.072
Exposição líquida	324.368	43.517	54.396	65.276
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	10.880	21.759

Risco de taxa de câmbio: Atualmente a Companhia detêm um total de R\$ 241,4 milhões de dívidas contabilizadas em moeda estrangeira e, em contrapartida, um montante de R\$ 161,6 milhões de instrumentos derivativos (SWAP) referentes aos empréstimos de 4.131, resultando numa exposição cambial líquida de R\$ 79,8 milhões. Tal montante representa apenas 13% do endividamento da Companhia.

Tendo em vista o atual patamar do dólar norte americano e sua projeção de valor futuro, estimada de acordo com a variação dos contratos futuros registrados na BM&F e os cenários futuros registrados pelo relatório FOCUS, a administração acredita que o custo de montagem de uma estratégia de proteção cambial, *hedge*, para o montante de dívida exposta à variação cambial, ultrapassa os possíveis impactos negativos em resultado de uma desvalorização do real, considerando tais cenários de câmbio futuro.

A Companhia possui como prática evitar fazer captações em moeda estrangeira e a grande parte das dívidas atuais indexadas ao dólar já está sendo amortizada.

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 3,30, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus de 17 de fevereiro de 2017. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 3,2591.

	31.12.2016			
	Consolidado			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	241.440	244.470	305.588	366.705
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (ponta ativa)	(161.618)	(163.647)	(204.558)	(245.470)
Exposição passiva líquida após derivativos	79.822	80.823	101.030	121.235
Efeito Líquido da Variação Cambial - ganho/(perda)		1.002	21.208	41.413

Risco de inflação: Ao mesmo tempo em que a maior parte dos custos da Companhia estão atrelados à inflação, a receita também tem um repasse baseado na inflação. Desta maneira, também há um *hedge* natural na exposição da Companhia aos índices inflacionários.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*Hedge*)

Atualmente a Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial *hedge*, exceto nas linhas de empréstimo 4.131, por meio das quais referido instrumento financeiro engloba um instrumento de proteção patrimonial.

(iv) Parâmetros Utilizados para gerenciamento de riscos

Os parâmetros utilizados foram citados no item (a).

(v) Se o emissor operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*Hedge*) e quais são estes objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros fora do contexto apresentado no item (iii) acima.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Apesar de não ter uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a administração destes riscos é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia.

Tais procedimentos são coordenados pela Diretoria Financeira, por meio de (i) monitoramento periódico de indicadores macroeconômicos e portfólio de clientes e contratos; (ii) gestão ativa dos contratos, incluindo medidas preventivas (tais como análise de risco de crédito antes da contratação com potenciais clientes) e atualização das condições financeiras dos clientes; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

(iii) manutenção de contas-correntes bancárias com instituições aprovadas pela administração com o objetivo de diversificação de risco.

Essas ações são reportadas regularmente à Diretoria e ao Conselho de Administração, que analisam as informações e discutem diretrizes e medidas para aprimorar as práticas de controle da Companhia.

A Companhia possui como prática não efetuar aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a Diretoria Financeira avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira compatível às condutas adotadas para gerenciamento de riscos e eficientes para a gestão e o resultado da Companhia.

A administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Ademais, a Companhia também implementa em seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras e à geração de informações gerenciais, padrões e procedimentos de controle e monitoramento que visam garantir fidedignidade e transparência compatíveis com os requisitos atualmente exigidos pelo ambiente de negócios. Esses procedimentos visam adicionalmente a aprimorar a performance e supervisão organizacional, reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia ou de perdas atribuíveis a fatores relacionados a desempenho, decisões, imagem ou quaisquer outros.

Em 2016, a Companhia implementou ainda um novo sistema na modalidade "ERP – Enterprise Resource Planning" com as melhores práticas e recursos tecnológicos disponíveis no mercado para integração, controle e geração de informações decorrentes dos processos operacionais, além de otimização de ferramentas para gestão eficaz das atividades empresariais.

a - as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para assegurar a elaboração e revisão eficientes de demonstrações financeiras, a integridade das informações e para proteção de seu patrimônio e interesses em relação a riscos de diferentes naturezas, a Companhia dispõe de procedimentos e recursos, incluindo:

- Equipes de tecnologia da informação, controladoria e auditoria interna;
- Automatização da maioria dos lançamentos contábeis;
- Controle dos acessos lógicos aos sistemas, segregação de funções para transações críticas em relação à segurança dos processos;
- Definição de alçadas de aprovação para transações conforme sua relevância;
- Revisão gerencial dos fechamentos contábeis, das conciliações bancárias, de lançamentos contábeis manuais e de resultados de inventários;

A estrutura de governança conta ainda com código de ética, canal de denúncias disponibilizado aos ambientes interno e externo, políticas e procedimentos que referentes à definição de princípios, responsabilidades, atribuições e critérios quanto a manutenção de registros fidedignos e adequados das operações da Companhia para permitir a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e com relação à certeza de que os recebimentos e dispêndios estejam sendo feitos somente conforme a autorizações da administração e do Conselho de Administração.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências são relatadas nas Cartas de Controles Internos da Auditoria Externa ou nos Relatórios de Auditoria Interna, e são reportadas à Administração e ao Comitê de Auditoria e Riscos, desdobrando-se em planos de ação para mitigar a exposição a riscos e / ou corrigir os processos.

A estrutura de governança é considerada pela Diretoria como eficaz para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios das Companhias, bem como para a tomada de decisões tempestivas em relação à minimização de riscos e otimização de oportunidades.

b - as estruturas organizacionais envolvidas

O sistema de controles internos da Companhia conta com as áreas de Controladoria, Auditoria Interna, Relações com Investidores, Segurança da Informação, Gestão de Riscos. Dentre as

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

responsabilidades dessas áreas estão: (i) identificar e mensurar os riscos existentes nos processos da Companhia; (ii) avaliar a eficácia dos controles destinados à mitigação desses riscos; (iii) endereçar junto à Alta Administração ações que reduzam ou eliminem a exposição da Companhia aos riscos, mediante o aperfeiçoamento dos controles; (iv) garantir um ambiente de integridade corporativa que garanta uma atuação sustentável e perene; (v) assegurar a adequação dos controles internos que tragam confiabilidade e integridade às demonstrações financeiras e (vi) estabelecer rotina de monitoramento que garanta constante acompanhamento e aprimoramento de todo o sistema de controles internos.

A Companhia possui também comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, dentre eles: Comitê Financeiro, Comitê Médico e Comitê de Expansão.

Cabe também ressaltar que a responsabilidade primária pela manutenção dos controles internos e gerenciamento dos riscos é atribuição de cada área de negócios da Companhia.

c - se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração aplica planos anuais de auditoria interna com objetivo de avaliar a eficácia dos mecanismos de controle como elementos de identificação, mensuração e mitigação de riscos de qualquer natureza que possam afetar os interesses e/ou o patrimônio da Companhia, e também para garantir a aplicação mais racional possível dos recursos disponíveis.

Dessas auditorias internas, resultam planos de ações de melhorias de controle interno, que são objeto de "follow up" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação.

A eficácia do controle interno da Companhia sobre a divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2016 foi revisada pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

d - deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Auditores") realizou o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2016, com o objetivo de expressar suas opiniões a respeito destas demonstrações e para emitir suas sugestões para melhoria dos controles internos.

Nesse contexto, foram apontadas as seguintes deficiências significativas:

- 1) Necessidade de treinamento e atualização do staff

Comentário: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Recomendação: Identificamos alguns assuntos de melhoria nos controles internos do processo de preparação das demonstrações financeiras, decorrentes em nossa visão, da ausência de profissionais com conhecimentos atualizados das normas contábeis adotadas no Brasil. Tais assuntos de melhoria foram tempestivamente corrigidos pela Companhia mediante solicitação dos auditores independentes.

- 2) Revisão dos lançamentos contábeis manuais e documentação de transações não usuais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Comentário: Verificamos que a Companhia não possui uma política formalizada que exija evidencia de que os lançamentos manuais foram revisados e aprovados anteriormente a sua postagem no sistema, incluindo a formalização dos julgamentos e premissas utilizadas por parte da administração na aplicação das políticas e normas contábeis para as transações não usuais e lançamentos manuais.

Recomendação: Implementação de uma política voltada ao controle de lançamentos manuais e também que a Companhia estabeleça controles preventivos e detectivos sobre transações não usuais, incluindo a segregação de tarefas para que os lançamentos contábeis sejam revisados e aprovados tempestivamente por um superior com capacidade técnica para análise da transação perante a legislação vigente.

3) Formalização dos controles internos da companhia

Comentário: Verificamos que a Companhia não mantém um processo formal de revisão, aprovação e arquivo dos procedimentos de controles efetuados na área contábil e financeira. A falta de rastreabilidade e formalização dos controles a serem efetuados dificulta à Administração fazer o processo de supervisão da aderência dos controles implantados, bem como na atribuição de responsabilidade quando da ocorrência de falhas.

Recomendação: Recomendamos que a Companhia (i) implante manual de normas e procedimentos; (ii) elabore fluxogramas de controles internos para as principais rotinas operacionais; (iii) estude, implante e formalize os controles internos e de monitoramento referente ao fechamento contábil e de preparação das demonstrações financeiras.

4) Análise de *impairment*

Comentário: A Companhia realiza a análise dos indicativos de impairment no mínimo anualmente, conforme estabelecido pelo CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos. Diante dos indicativos apresentados no exercício, a Companhia realizou o cálculo do valor em uso dos seus ativos.

Verificamos as seguintes necessidades de melhorias:

A geração de caixa deve ser calculada matematicamente, considerando os prazos médios de pagamento e recebimento da Companhia.

Verificamos que a Companhia não contemplou ao resultado do valor operacional do fluxo de caixa descontado (*enterprise value*) os ajustes de saldos de ativos e passivos não operacionais do balanço patrimonial tais como a dívida líquida.

Recomendação: Realização de programas de treinamento e aperfeiçoamento do Staff em relação às normas contábeis. Adicionalmente, faz-se necessário o acompanhamento tempestivo das políticas contábeis aplicáveis e atualização ocorridas na mesma.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao período findo em 31 de dezembro de 2016. De acordo com a avaliação da Administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade de distorções de magnitude relevante que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A administração da Companhia desenvolveu planos de ação mitigatórios para as deficiências apontadas na carta de controles internos emitida pelos auditores independentes, entendendo que ações estão sendo realizadas para a eliminação das deficiências.

A Administração está promovendo um redimensionamento da estrutura contábil, por meio da contratação de colaboradores experientes para os setores contábil, fiscal e controladoria, a fim de deixar estas áreas mais robustas ao atendimento das demandas necessárias da Companhia, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras estejam de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil e, também, para estruturar os processos contábeis implementando normas e políticas internas conforme as melhores práticas de governança.

A Administração está aprimorando os cálculos de aplicação do teste de impairment de seus ativos de forma a abranger todos os aspectos e riscos do negócio que a Companhia está inserida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas no último exercício social em relação aos principais riscos que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Políticas Anticorrupção

A Companhia não possui política anticorrupção de funcionários públicos e não dispõe de política de proteção a Pessoas Politicamente Expostas (PPE). A Companhia promove treinamento de compliance e anticorrupção com seus funcionários e terceiros apenas na admissão.

Nos últimos 10 (dez) anos a Companhia não realizou investigação interna em relação à violação de sua política de compliance e/ou qualquer lei anticorrupção. A Companhia tampouco promoveu autodenúncia perante órgãos públicos.

Parceiras Público Privadas

Cerca de 14,3% da receita bruta da Companhia é proveniente da parceria público-privada firmada pela Subsidiária da Companhia Rede Brasileira de Diagnósticos SPE S.A. com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 ("Lei nº 11.079/2004" ou "Lei de PPP"), que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria-público no âmbito da Administração Pública, dispõe em seu art. 6º, parágrafos 1º e 2º, que o contrato poderá prever:

- (i) o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato; e
- (ii) o aporte de recursos em favor do parceiro privado para a realização de obras e aquisição de bens reversíveis.

Nesse sentido, o Contrato de Concessão Administrativa para gestão e operação de Serviços de Apoio ao Diagnóstico por Imagem na rede pública de saúde do Estado da Bahia ("Contrato"), celebrado, em 2 de janeiro de 2015, entre o Estado da Bahia e a Rede Brasileira de Diagnóstico SPE S.A., dispõe que:

(a) o valor da Contraprestação Mensal Efetiva poderá variar de acordo com o cumprimento pela Concessionária dos indicadores de desempenho, de forma que o resultado desses indicadores, que compõem o Índice de Desempenho, indicarão as condições físicas das instalações, da prestação dos serviços e a sua conformidade com as exigências legais e contratuais. Essa variação da Contraprestação Mensal Efetiva não constitui penalidade contratual, mas, sim mecanismo preestabelecido no Contrato e acordado entre as partes para a manutenção da equivalência contratual entre os serviços prestados e a sua remuneração (cláusulas 16.4, 16.6.1 e 16.6.3); e

(b) todos os bens da Concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente amortizados pela Concessionária, no prazo da Concessão, de forma que a Concessionária é única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários à operação da Concessão. Ainda, extinta a Concessão, serão revertidos ao Poder Concedente os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e, cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato (cláusulas 4.3.2; 4.5.1 e 28.2).

De acordo com a cláusula 12 do Contrato, a fiscalização da execução do Contrato será exercida pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia ("SESAB"), com o auxílio de verificador independente ("Verificador Independente"), empresa de consultoria de renome no mercado isenta e imparcial, que será selecionado pela SESAB e contratado, sob o regime privado, pela Concessionária, a quem competirá arcar, integralmente, com os respectivos custos da contratação.

Dessa forma, o Verificador Independente terá como atribuição, em especial:

- (a) apurar o Índice de Desempenho e o cálculo da variação da Contraprestação Mensal Efetiva, conforme estabelecido no Contrato; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

(b) auxiliar na avaliação final dos bens reversíveis no momento da reversão.

A Companhia desconhece a existência de pessoa com vínculo com os proprietários ou administradores e que seja, ou tenha sido nos últimos 5 anos, funcionário público; administrador de entidade estatal ou controlada pelo governo; executivo ou funcionário de repartição pública internacional; representante ou procurador de governo ou organização pública internacional; candidato a cargo público; ou filiado a partido político.

Além disso, a Rede Brasileira de Diagnósticos SPE S.A. (RBD), responsável pela operacionalização da Parceria Público Privada (PPP) do Estado da Bahia, possui um Código de Ética e Conduta (Princípios Gerais de Negócios) por meio do qual apresenta diretrizes a serem observadas por todos os seus colaboradores e partes relacionadas acerca, entre outros **(i)** do cumprimento das normas de trabalho e direitos humanos, tais como apoio aos Tratados Internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas, à conduta de fornecedores e parceiros comerciais, ao trabalho forçado ou escravo, bem como ao trabalho infantil; **(ii)** da solicitação, aceitação e oferecimento de favores pessoais e presentes (incluindo convites para eventos esportivos ou sociais como convidados da RBD) para si ou para terceiros; **(iii)** da dedicação integral dos funcionários da RBD ao cumprimento correto de seus serviços e que evitem qualquer (potencial) conflito de suas atividades; **(iv)** da forma de pagamento a fornecedores de produtos ou de serviços; **(v)** ao estrito respeito às legislações e regulamentações aplicáveis, incluindo-se as leis anticorrupção, nacionais e internacionais; **(vi)** à forma de se relacionar com o governo, partidos políticos e políticos; **(vii)** à não participação de "lavagem de dinheiro" aderindo a qualquer negociação que saiba ou que haja motivos para suspeitar-se de que será utilizada para facilitar qualquer aquisição, retenção, uso ou controle de qualquer propriedade ou dinheiro que tenha como fim encobrir o produto de um delito; **(viii)** à forma de remuneração, horas de trabalho e desenvolvimento dos funcionários; **(ix)** à saúde e segurança no ambiente de trabalho aos seus funcionários, prestadores de serviço e visitantes; **(x)** ao uso e proteção da informação e dos recursos de comunicação; **(xi)** à forma pela qual será realizada a publicidade, embalagem de produto e materiais promocionais, de modo que estes sejam fidedignos, baseados em fatos, não-enganosos e em conformidade com a legislação em vigor; **(xii)** ao apoio à livre concorrência; **(xiii)** à proteção de informações pessoalmente identificáveis sobre seus clientes, funcionários, parceiros comerciais e outros indivíduos. Por tudo isso, a Companhia entende que a regulamentação aplicável, normas estabelecidas pelo Contrato e diretrizes do Código de Ética e Conduta da RBD (acima descrito) são suficientes para monitorar os riscos aos quais a Companhia estaria exposta em razão, especialmente, dos aportes realizados pelo ente público em favor da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

No período base de análise iniciado no ano de 2014 até 31 de dezembro de 2016, a Companhia vem apresentando um crescimento elevado (CAGR de 56% de receita líquida no período), fruto da estratégia de expansão e consolidação traçada e executada desde a concepção da Alliar no ano de 2011.

Esse crescimento pode ser observado na evolução da receita líquida da Companhia, partindo de R\$ 393,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 951,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. A Diretoria ressalta que essa evolução na receita líquida é decorrente tanto do crescimento orgânico com abertura de novas unidades de atendimento e instalação de novos equipamentos de diagnóstico por imagem em unidades existentes (principalmente equipamentos de Ressonância Magnética, especialidade que representou 42% da receita da Companhia em 2016), quanto das aquisições de empresas realizadas entre o início do ano de 2014 até 31 de dezembro de 2016.

Diante desse cenário, em 31 de dezembro de 2014 a companhia contava 86 unidades de atendimento, 105 em 31 de dezembro de 2015 e 113 em 31 de dezembro 2016. O número de equipamentos de Ressonância Magnética, um dos principais drivers do setor, também apresentou um crescimento considerável: em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía 92 máquinas instaladas, 98 em 31 de dezembro de 2015 e 116 equipamentos em 31 de dezembro de 2016, o que coloca a Companhia como segunda maior no segmento de diagnóstico por imagem em número de equipamentos de Ressonância Magnética, conforme o CNES.

Como entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou algumas aquisições, os números contábeis dos anos das aquisições refletem apenas o resultado do período pós-aquisição.

Em 14 de novembro de 2014, ocorreu a fusão (aquisição com pagamento em ações de emissão da Companhia) do Centro de Diagnósticos Brasil – ("CDB"), nome fantasia da TJK Participações em Saúde S.A., fato que provocou a maior parte do crescimento de 78,0% da receita da Companhia entre 2014 e 2015.

Durante o primeiro semestre de 2016, a Companhia incorporou o Grupo Delfin (Delfpar S.A., Delfin Imagem S.A. e Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.), somando assim 25 aquisições desde a formação da Companhia em 2011. A conclusão desta aquisição ocorreu em 10 de março de 2016, o que significa que os números contábeis referentes ao resultado de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 contemplam somente 9 meses e 21 dias do resultado do Grupo Delfin.

O lucro bruto da Companhia, composto pelo valor das receitas líquidas subtraídos pelos custos dos serviços prestados, aumentou de R\$ 133,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 277,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 360,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um CAGR de 64%.

Esse crescimento percentual maior do que o crescimento da receita líquida da Companhia é explicado, principalmente, por um plano de redução de custos implantado em 2015 a partir da elaboração de um orçamento base zero e diversas iniciativas para aumento de produtividade.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com base no comprovado ritmo de crescimento da receita proveniente da estratégia de expansão adotada nos últimos anos, somado à expectativa da administração de crescimento do mercado de saúde suplementar brasileiro, a Diretoria acredita que a Companhia possui todas as condições financeiras e patrimoniais necessárias para continuar entregando o seu plano de negócios.

Além disso, a Companhia espera que haja um aumento na demanda por seus serviços, devido à progressão esperada na curva de envelhecimento da população e pelo aumento da adesão a planos de saúde pela população.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no seu Earnings Release referente aos resultados de 2016 e 4T16, que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

b. Estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é adequada para atender as demandas e necessidades da operação e continuar executando seu plano de crescimento através de expansão orgânica e novas aquisições.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 743 milhões, bem acima do valor de 2013, em função, principalmente, da aquisição do Centro de Diagnósticos Brasil – ("CDB") em 14 de novembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da companhia era de R\$ 733,0 milhões e em 31 de dezembro de 2016 passou para R\$ 1.211,9 milhão. Esse aumento refletiu a aquisição do Grupo Delfin em 10 de março de 2016 e o IPO (abertura de capital) realizado ao final do mês de outubro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
Capital de Terceiros	954.372	803.352	720.508
(Passivo Circulante +			
Capital de Terceiros a LP)			
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	1.211.935	733.000	743.319
Capital Total (Terceiros + Próprio)	2.166.312	1.536.352	1.463.827
Capital de Terceiros/Capital Total	36,9%	43,9%	35,3%
Capital Próprio/Capital Total	63,1%	56,1%	64,7%

Em 31 de dezembro de 2016, a participação de terceiros representava 36,9% do passivo total da Companhia, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

A Diretoria entende que aprimorou sua estrutura de capital com sua abertura de capital e conseguiu reduzir seu nível de endividamento durante o período compreendido entre 2014 e 31 de dezembro de 2016.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais caso haja necessidade.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não-circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros, conforme descritos no item (f) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros e de emissão de novas ações, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, compra de equipamentos e novas aquisições.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i./ii. Contratos de empréstimos e financiamentos e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Diretoria da Companhia acredita que a evolução do endividamento ao longo dos últimos anos refletiu a sua estratégia de negócios focada no crescimento acelerado através da expansão orgânica e através de fusões e aquisições.

A tabela abaixo mostra a evolução do endividamento por ano:

Empréstimos (em R\$ milhares)		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTES				
Empréstimos financiamentos Debêntures	e e	202.830	79.654	90.702
Total endividamento circulante	do	202.830	79.654	90.702
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos financiamentos	e	302.817	385.790	239.666
Partes Relacionadas		293	-	-
Total endividamento não circulante	do não	303.110	385.790	239.666
Total endividamento	do	505.940	465.444	330.368

A principal fonte de receita da Companhia, desde a sua fundação, são exames de diagnósticos por imagem. Para sua realização são necessários equipamentos com alta tecnologia empregada, os quais, até a metade do ano de 2014, eram fabricados, na sua maioria, em outros países não sendo possível realizar o financiamento via bancos de fomento nacionais.

Neste período a Companhia buscou financiar parte de seus equipamentos com bancos internacionais, como o International Finance Corporation – IFC ("IFC") e do KfW Development Bank ("KfW"). O contrato de empréstimo com o IFC assinado em 2 de maio de 2013 e com data de vencimento final em 15 de maio de 2020, é composto por uma parcela atrelada ao dólar, no valor principal de US\$ 10 milhões, e uma parcela contabilizada em reais, no valor principal equivalente a R\$ 95,0 milhões. Referido contrato tem como garantia o penhor das quotas de determinadas empresas controladas pela Companhia. O contrato com o KfW prevê uma linha de crédito no valor de US\$ 22,5 milhões, com vencimento final em 30 de março de 2022. Este contrato tem como garantia os equipamentos Siemens adquiridos com o financiamento. A partir de 2014 as empresas fabricantes de máquinas para realização de exames de imagem passaram a nacionalizar sua produção e, com isso, tornou-se possível o financiamento por intermédio de bancos de fomento nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Abaixo, seguem as principais características dos demais empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia:

Empréstimo concedido pelo Banco ABC Brasil, em 29 de abril de 2016, no valor total de US\$6,3 milhões. A Companhia contratou swap, com taxa de juros pré-fixada em 6,95% a.a. acrescidos de imposto de renda 25% reajustado. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro.

Empréstimo concedido pelo Banco Santander, em 22 de fevereiro de 2016, no valor de US\$25,2 milhões. A Companhia contratou swap, com taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de spread de 5,8% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais, com vencimento em 6 de fevereiro de 2019. Os recursos foram destinados para o capital de giro da Companhia.

Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco Votorantim, em 4 de setembro de 2015, no valor total de R\$10,0 milhões, e tem como indexador CDI acrescido de spread de 2,8% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais, com vencimento em 04 de setembro de 2018. Os recursos foram destinados para capital de giro da Companhia.

Empréstimo concedido pelo Banco Itaú em 08 de setembro de 2015 no valor total de US\$ 10,7 milhões. A Companhia contratou swap, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescido de spread de 3,50% a.a. O período de amortização é de 42 meses, em parcelas semestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro.

Empréstimo concedido pelo Banco Santander, no valor total de US\$ 5,3 milhões. A Companhia contratou swap, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de 5,3% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro.

Linha de crédito concedida pelo Banco Itaú, em 29 de março de 2016, no valor total de US\$ 5,2 milhões. A Companhia contratou swap, com a taxa de juros pré-fixada de spread de 3,95% a.a. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro.

Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco Votorantim, em 07 de abril de 2016, no valor total de R\$ 14,9 milhões, e tem como indexador CDI acrescido de spread de 4,0% a.a.. O período de amortização é de três anos, em parcelas mensais, com vencimento em 08 de abril de 2019. Os recursos foram destinados para capital de giro da Companhia.

Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do HSBC, em 03 de junho de 2016, no valor total de R\$ 20,0 milhões, e tem como indexador CDI acrescido de spread de 3,84% a.a.. O período de amortização é de dois anos, em parcelas mensais, com vencimento em 06 de maio de 2019. Os recursos são destinados para capital de giro.

Em 15 de junho de 2016, a controlada Clínica Delfin celebrou um novo contrato de financiamento em moeda nacional junto ao Banco Santander no montante de R\$ 8,0 milhões para financiamento do capital de giro com juros pré-fixados de 4,5% a.a. mais a variação do CDI. Esse contrato de empréstimo determina pagamentos mensais a partir de 15 de janeiro de 2017 e término em 15 de junho de 2019.

Foram emitidas 50 debêntures com valor unitário de R\$1.000.000 (hum milhão de reais) cada, totalizando R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais). O prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão de 15 de julho de 2013, com vencimento final previsto para 8 de julho de 2018. As Debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI, acrescida de sobretaxa equivalente a 2,73% ao ano

Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco BDMG. O financiamento destina-se a implantação das unidades da beneficiária, mediante a aquisição dos equipamentos. A linha de crédito total concedida é de R\$7.016 dividido em subcréditos. Até o dia 31 de dezembro de 2016, foram captados R\$3.116. O contrato possui carência de 24 meses, a amortização será em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de setembro de 2017 e término em 15 de agosto de 2023. A taxa de juros pode variar entre 5,44% e 9,5% a.a., a depender dos subcréditos.

A Companhia detém um total de R\$ 241,4 milhões de dívidas contabilizadas em moeda estrangeira e, em contrapartida, um montante de R\$ 161,6 milhões de instrumentos derivativos (SWAP) referentes aos empréstimos de 4.131, resultando numa exposição cambial líquida de R\$ 79,8 milhões. Tal montante representa apenas 13% do endividamento da Companhia. Tais montantes foram calculados com base no dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 3,2591.

Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco BDMG. O financiamento destina-se a implantação das unidades da beneficiária, mediante a aquisição dos equipamentos. A linha de crédito total concedida é de R\$28.648 dividido em subcréditos. Até o dia 31 de dezembro de 2016, foram captados R\$8.428. O contrato possui carência de 24 meses, a amortização será em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de janeiro de 2018 e término em 15 de dezembro de 2023. A taxa de juros pode variar entre 5,80% e 9,5% a.a., a depender dos subcréditos.

Em 19 de fevereiro de 2016, a Companhia realizou uma operação de captação via Lei 4.131 ao Banco Santander (Brasil) S.A. – Grand Cayman Branch, no valor de US\$ 25,2 milhões, com vencimento final em 6 de fevereiro de 2019.

Pelo fato de a Companhia ter linhas de crédito com bancos de fomento, é possível manter o perfil da dívida bastante concentrado no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, 59,4% do endividamento da Companhia estava concentrado no longo prazo.

A tabela abaixo mostra o mapa do endividamento atual da Companhia, em 31 de dezembro de 2016:

31/12/2016

Em milhares de R\$

Moeda nacional

Leasing de máquinas e equipamentos	<u>7.371</u>
Capital de giro	<u>194.632</u>
FINAME	<u>41.292</u>
Debêntures (*)	<u>25.583</u>
(-) Custo de captação	<u>(4.671)</u>
Total	<u>264.207</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Moeda estrangeira USD

Leasing de máquinas e equipamentos	<u>8.615</u>
Capital de giro	<u>222.903</u>
Financiamento de equipamentos	<u>11.604</u>
(-) Custo de captação	<u>(1.682)</u>
Endividamento bruto em moeda estrangeira	<u>241.440</u>
Circulante	<u>202.830</u>
Não circulante	<u>302.817</u>

() As debêntures são oriundas da aquisição do Grupo Delfin realizada no período.*

Em 31 de dezembro de 2016, o custo médio das dívidas em moeda nacional da Companhia era de CDI + 2,65%, incluindo os instrumentos de proteção patrimonial contratados nas operações de 4131. As dívidas atreladas ao dólar apresentavam um custo médio de Libor + 3,68% a.a acrescidos da variação cambial.

iii grau de Subordinação

Cabe ressaltar que alguns contratos preveem garantias reais por parte da Companhia. Estas garantias são baseadas em cessões fiduciárias dos recebíveis de planos de saúde. Tal fato acontece com o contrato firmados com Santander de capital de giro, com o contrato de capital de giro firmado com o HSBC e nas debêntures contratadas pela Clínica Delfin.

Nestes contratos, a Companhia, titular dos recebíveis dos planos de saúde, transfere a titularidade dos referidos direitos creditórios a um terceiro, em garantia ao cumprimento de suas obrigações. Dessa forma, o terceiro garantido detém a propriedade resolúvel dos recebíveis, de modo que o inadimplemento da obrigação garantida acarreta a consolidação deles em seu patrimônio, podendo, inclusive, receber os respectivos pagamentos diretamente de seus devedores.

iv Covenants e Demais Restrições Contratuais

Dentre os contratos de financiamentos firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (covenants), conforme abaixo descritos:

IFC – Tanto a parcela do empréstimo contabilizada em reais como a parcela atrelada ao dólar apresentam os seguintes covenants: (i) Dívida Bruta / EBITDA Ajustado que prevê um índice máximo de 3,0; (ii) capacidade da Companhia de pagar os serviços da dívida; (iii) um índice de liquidez corrente mínima; e (iv) valor mínimo do EBITDA gerado pelas empresas que entraram como garantidoras dos empréstimos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

KFW – O contrato prevê os seguintes covenants: (i) Dívida Bruta – Caixa e Equivalentes Caixa/EBITDA Ajustado máximo de 3,0; (ii) Capacidade de pagar os juros da dívida, medido pela razão entre o EBITDA Ajustado e a soma das despesas financeiras, cujo índice deve ser superior a 4,0; (iii) Capacidade de pagar juros e amortizações, medido pela razão entre o EBITDA Ajustado e a soma das despesas financeiras e das amortizações, cujo índice deve ser superior a 1,2; e (iv) montante mínimo de patrimônio líquido. Itaú, HSBC e Santander – Estes contratos têm como covenant um índice de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado máximo de 3,0x.

Existe ainda cláusulas de covenants nas debêntures contratadas pela Clínica Delfin, com índice (Dívida Líquida/EBITDA) máximo de 3,0x.

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem outras restrições, tais como com relação a mudança de controle da Companhia e reorganizações societárias, observadas as ressalvas previstas em cada instrumento.

Em 31 de março de 2017, apesar do não cumprimento do covenant financeiro de liquidez corrente mínima, a Companhia solicitou e recebeu waiver junto ao IFC.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Adicionalmente às informações citadas no item 10.1.f, a Companhia, no período findo em 31 de dezembro 2016 possuía uma linha pré-aprovada com BNDES, nos valores de R\$ 150 milhões. A Companhia tem a possibilidade de utilizar essa linha ao longo dos próximos dois anos. Até o exercício findo em 2016 este limite não havia sido utilizado. Além destas, existe um limite de conta garantida/LIS disponível em montante correspondente a R\$ 26 milhões.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de

Descrição das Principais Linhas das Nossas Demonstrações de Resultado

Receita Bruta de Serviços

A receita bruta de serviços da Companhia é composta principalmente pelos serviços prestados de medicina diagnóstica e análises clínicas pagos por operadoras de planos de saúde, hospitais, empresas, clientes particulares e poder público.

Deduções

As deduções da receita bruta de serviços da Companhia são compostas pelos impostos sociais federais PIS e COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,0% respectivamente e pelo ISS, um imposto municipal com alíquotas variando entre 2,0% e 5,0% de acordo com o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

município onde as unidades de atendimento da Alliar estão localizadas prestando os serviços de medicina diagnóstica e análises clínicas.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia é composto basicamente por custos fixos inerentes as operações das unidades de atendimento e custos variáveis necessários para a realização dos diagnósticos por imagem e exames de análises clínicas.

Dentro dos principais custos fixos destacam-se os custos com funcionários responsáveis pelas operações das unidades de atendimento e pelo call center, o aluguel e custos das instalações como energia elétrica e água das mesmas unidades, a manutenção dos equipamentos médicos e os serviços de terceiros, sendo esse último composto em sua maioria por serviços de limpeza e segurança das clínicas da Companhia.

Os custos variáveis para execução dos diagnósticos por imagem referem-se a honorários pagos aos médicos prestadores de serviço e materiais e medicamentos para execução dos exames de imagem e laudo médico. Para a realização dos exames de análises clínicas, a Companhia terceiriza toda operação de coleta, transporte e análise dos resultados a um laboratório de apoio que é remunerado por exame realizado, sendo, portanto, um custo variável.

Despesas gerais e administrativas

As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são referentes a despesas com pessoal, serviços de auditoria, advogados, consultorias, aluguéis, despesas gerais das instalações das unidades administrativas, despesas comerciais e com propaganda e publicidade. Também estão sendo consideradas despesas com glosas e provisão para créditos de liquidação duvidosa em todos os períodos analisados.

Outras despesas, líquidas

Compõe outras despesas líquidas da Companhia principalmente o resultado líquido por baixa de ativos (principalmente peças repostas na manutenção dos equipamentos), despesas com viagens, impostos e taxas e provisões para contingências de possíveis ações judiciais das quais assessores jurídicos entendam como prováveis perdas.

Resultado em participação societária

Com a aquisição do Grupo Delfin em março de 2016, a Companhia passou a possuir participação societária não controladora em outra sociedade da qual o Grupo Delfin era acionista não controlador e, portanto, o resultado dessa sociedade está evidenciado na linha de Resultado em participação societária no demonstrativo de resultados dos exercícios a partir do 1º semestre de 2016.

Resultado financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No resultado financeiro da Companhia estão registradas despesas financeiras com juros e encargos de empréstimos e financiamentos, taxas e fees de cartões de crédito e resultados líquidos da variação cambial sobre o endividamento em moeda estrangeira. As receitas financeiras decorrentes de rendimentos sobre aplicações financeiras do excedente de caixa da Companhia completam a constituição do resultado financeiro.

Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

CONTAS DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	951.470	699.664
Custo dos serviços prestados	(591.019)	(422.180)
LUCRO BRUTO	360.451	277.484
 (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(257.275)	(183.152)
Outras despesas, líquidas	(12.703)	14.406
Resultado em participação societária	10.139	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	100.612	108.738
 RESULTADO FINANCEIRO	(65.993)	(101.770)
 LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	34.619	6.968
 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(5.852)	(18.397)
 LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.767	(11.429)

Receita líquida de Serviços

Apesar da Companhia caracterizar-se com pertencente a um segmento único, para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia, a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	956.875	737.118
Diagnósticos por Imagem	842.490	636.553
Análises Clínicas	114.385	100.565
Deduções	(69.512)	(46.040)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	887.363	691.078

Em 2016, a receita bruta da Companhia aumentou 37%, passando de R\$ 745,7 milhões para R\$ 1.021,0 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2016. Este período contém aproximadamente nove meses de receita do Grupo Delfin, empresa adquirida em Março de 2016.

A receita de serviços de diagnóstico por imagem aumentou 32% de R\$ 636,5 milhões para R\$ 842,5 milhões no mesmo período de 2016.

Tal variação deveu-se, principalmente, pelas iniciativas presentes no plano de expansão da Companhia, como o crescimento de volume em unidades existentes, maturação de novos equipamentos instalados em unidades existentes, reajustes de preços, novos credenciamentos de procedimentos e convênios e maturação de novas unidades inauguradas ao longo do período.

A receita de análises clínicas cresceu cerca de 14%, de R\$ 100,5 milhões no período de 2015 para R\$ 114,4 milhões em 2016, sendo quase toda gerada em São Paulo através do CDB. Para este segmento, a Diretoria ressalta o plano de expansão da oferta de análises clínicas nas unidades exclusivas de diagnóstico por imagem, que hoje são a maioria. O objetivo desse plano é replicar o modelo presente nas unidades localizadas na cidade de São Paulo, Belém e Bahia para outras unidades da Companhia, aproveitando toda estrutura instalada e obtendo assim uma diluição de custos fixos.

Deduções

Como percentual de receita bruta, as deduções da Companhia cresceram 34,5% em 2016, de R\$ 46,0 milhões no exercício findo em 2015 para R\$ 69,5 milhões, refletindo um crescimento maior do que o crescimento da receita bruta.

Receita líquida

A receita líquida da companhia cresceu 36%, de R\$ 699,78 milhões em 2015 para R\$ 951,5 milhões em 2016. A Diretoria ressalta que este crescimento é similar ao da receita bruta.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos serviços prestados (pro forma)

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia, em visão pro forma (que permite fácil comparação com índices de mercado como inflação, dissídio, entre outros), pode ser observada na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados (Em milhares de reais - R\$)	31.12.2016	31.12.2015
Honorários médicos	(166.060)	(152.548)
Pessoal	(122.169)	(121.016)
Insumos e laboratórios de apoio	(122.655)	(92.270)
Manutenção	(21.875)	(23.161)
Ocupação	(44.625)	(39.472)
Serviços de terceiros	(18.252)	(11.359)
Depreciação e amortização	(48.297)	(40.269)
Custo de Construção	(60.486)	(7.843)
Total	(604.417)	(487.938)

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2016 foi de R\$ 604,4 milhões, representando um aumento de 24% em relação aos R\$ 487,9 milhões de 2015, e inferior ao crescimento de receita bruta do período.

Na linha de honorários médicos, houve um aumento correspondente a 9% passando de R\$ 152,5 milhões para R\$ 166,1 milhões ao final de 2016.

Na linha de custo com pessoal é possível observar uma alta ligeira de 1%, de R\$ 121,0 milhões em 2015 para R\$ 122,2 milhões em 2016, resultado de iniciativas de ganho de eficiência operacional e do processo de orçamento base zero.

O custo com serviços de terceiros passou de R\$ 11,4 milhões em 2015 para R\$ 18,3 milhões em 2016.

A linha de insumos aumentou 33%, de R\$ 92,3 milhões para R\$ 122,7 milhões em 2016, por conta de alguns insumos de exames importados indexados ao dólar que estavam com reajuste represado desde 2015.

A linha de custos referentes a ocupação aumentou de R\$ 39,5 milhões em 2015 para R\$ 44,6 milhões em 2016, principalmente reflexo das aquisições realizadas e abertura de novas unidades.

Lucro bruto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O lucro bruto da Companhia cresceu 30%, de R\$ 277,5 milhões para R\$ 360,5 milhões no exercício de 2016. Em percentual da receita líquida, a margem de lucro bruto apresentou redução de 180 bps.

(Despesas) Receitas operacionais

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução pode ser observada na tabela abaixo:

(Despesas) Receitas operacionais (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2016	31.12.2015
Despesas gerais e administrativas	(257.275)	(183.152)
Outras despesas, líquidas	(12.703)	14.406
Resultado em participação societária	10.139	-
Total	(259.839)	(168.746)

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 40% de R\$ 168,7 milhões para R\$ 259,8 milhões em 2016, tendo como principais motivos a incorporação da estrutura administrativa do Delfin a partir de março, o efeito de despesas para aquisição do Delfin.

Outras despesas cresceram R\$ 27,1 milhões, de uma receita de R\$ 14,4 milhão no período anterior para uma despesa R\$ 12,7 milhões em 2016, principalmente devido a uma receita não caixa de R\$ 13 milhões em 2015 advinda de um estorno de provisão contábil que estava no passivo da Companhia. O estorno é referente a um earn out que deveria ser pago a empresa UMDI adquirida em 2013 com base em uma meta de crescimento, e que não se concretizou.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 100,6 milhões em 2016, com uma redução de 7% em relação a 2015, que foi de R\$ 108,7 milhões em função dos efeitos explicados no item acima de (despesas) e receitas operacionais.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia em 2016 foi negativo em R\$ 66,0 milhões, apresentando uma melhora em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou uma despesa financeira líquida de R\$ 101,8 milhões.

A melhoria reflete principalmente o rendimento dos recursos captados no IPO.

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2016, a Companhia registrou um lucro antes do imposto de renda de R\$ 34,6 milhões, frente a lucro de R\$ 7,0 milhões em 2015, principalmente em função da melhora do resultado financeiro explicado anteriormente.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no Earnings Release que comenta os resultados de 2016 e que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia reduziu de R\$ 18,4 milhões em 2015 para R\$ 5,9 milhões em 2016, principalmente devido a aprovação pelo Conselho da Companhia de plano para que a controladora incorpore a subsidiária CDB, permitindo créditos fiscais em 2016.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 28,8 milhões em contrapartida a um prejuízo de R\$ 11,4 milhões em 2015, reflexo do crescimento da receita, dos ganhos de eficiência em custo, do efeito positivo da marcação da 4131 e o crédito fiscal que foi constituído.

Comparação entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CONTAS DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	699.664	393.149
Custo dos serviços prestados	(422.180)	(259.651)
LUCRO BRUTO	277.484	133.498
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(183.152)	(101.308)
Outras despesas, líquidas	14.406	(2.399)
Resultado em participação societária	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	108.738	29.791
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	(134.262)	(37.225)
Receitas financeiras	32.492	1.824
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.968	(5.610)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(18.397)	1.273
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(11.429)	(4.337)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida de Serviços

Para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	745.704	419.286
Diagnósticos por Imagem	645.139	404.932
Análises Clínicas	100.565	14.354
 Deduções	 (46.040)	 (26.137)
 RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	 699.664	 393.149

A receita bruta da Companhia apresentou um crescimento de 77,8% ou R\$ 326,4 milhões, de R\$ 419,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 745,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 14 de novembro de 2014 ocorreu a aquisição do Centro de Diagnósticos Brasil (CDB), portanto, no resultado de 2014, a receita consolidada da Companhia só reflete 1 (um) mês e meio de receita do CDB, enquanto que em 2015 estão contemplados seus 12 (doze) meses de receita.

Principalmente em decorrência da integração do CDB, a receita dos serviços de diagnóstico cresceu 59,3% ou R\$ 240,2 milhões, de R\$ 404,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 645,1 milhões em 2015.

A receita de análises clínicas cresceu 600,6% ou R\$ 86,2 milhões, de R\$ 14,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 100,6 milhões em 2015. Tal variação deveu-se, principalmente, devido à aquisição do CDB, que possuía 30% da sua receita proveniente do serviço de análises clínicas. Com a aquisição do CDB, o serviço de análises clínicas passou a ser uma fonte relevante de receita para Companhia e, na visão da Diretoria, um novo foco estratégico de crescimento orgânico para os próximos anos.

Deduções

As deduções da companhia cresceram 76,2% no período, de R\$ 26,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 46,0 milhões em 2015, um crescimento menor percentualmente do que o crescimento da receita bruta, devido a alteração no mix de municípios da Alliar que contribuiu para uma alíquota média de ISS menor.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida

A receita líquida da companhia cresceu 78,0% ou R\$ 306,5 milhões, de R\$ 393,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 699,7 milhões em 2015, um crescimento levemente superior do que a receita bruta, devido aos ganhos na linha de deduções citados acima. Em 2014 as deduções representavam 6,23% da receita bruta, já em 2015 essa razão cai para 6,17%, justificando a taxa de crescimento da receita líquida acima da taxa de crescimento da receita bruta.

Custo dos serviços prestados

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia e sua evolução entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2015 pode ser observada na tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
Com pessoal, salários, encargos sociais e benefícios	(100.635)	(69.172)
Honorários médicos	(127.238)	(70.787)
Medicamentos e materiais médico-hospitalares	(87.605)	(26.877)
Aluguel	(20.022)	(21.824)
Com manutenção	(24.992)	(18.145)
Com utilidades- água, energia elétrica e outras	(19.450)	(11.426)
Serviços de terceiros	(7.756)	(6.275)
Depreciação e amortização	(32.310)	(32.924)
Outras despesas operacionais	(2.172)	(2.221)
Total	(422.180)	(259.651)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o Custo dos serviços prestados pela Companhia foi R\$ 422,2 milhões, o que representou um crescimento de 62,6% em comparação aos R\$ 259,7 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Esse aumento é justificado pela aquisição do CDB em novembro de 2014, sendo que o aumento total do custo dos serviços prestados foi menor do que o aumento de receita líquida de 78,0%.

Como percentual da receita líquida, os custos dos serviços prestados passaram de 66,0% em 2014 para 60,3% em 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vale destacar que os custos com pessoal, salários, encargos sociais e benefícios aumentaram 79,7%, de R\$ 70,8 milhões em 2014 para R\$ 127,3 milhões em 2015.

O custo com Medicamentos e materiais apresentou um alto crescimento de 225,6%, passando de R\$ 26,9 milhões em 2014 para R\$ 87,6 milhões em 2015, principalmente por conta da alocação do custo variável do laboratório de apoio referente ao serviço de análises clínicas do CDB a partir de novembro de 2014.

Outra linha de custo que teve um aumento maior do que a receita líquida foi água e energia elétrica, que aumentou 70,2%, de R\$ 11,4 milhões em 2014 para R\$ 19,4 milhões em 2015, principalmente devido ao alto reajuste das tarifas no ano de 2015.

A depreciação e amortização ficou praticamente igual entre 2014 e 2015, com uma leve diminuição de 1,9%, de R\$ 32,9 milhões em 2014 para R\$ 32,3 milhões em 2015, atribuída a uma revisão técnica da expectativa de vida útil dos ativos da Companhia e sua consequente revisão da taxa efetiva de depreciação.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia teve um forte crescimento de 107,9% ou R\$ 143,9 milhões, de R\$ 133,5 milhões em 2014 para R\$ 277,5 milhões em 2015. Em relação a receita líquida, o lucro bruto cresceu de 34,0% para 39,7%, justificado principalmente pelo plano de sinergias após a aquisição do CDB e outros planos de redução de custos implantados em 2015, tais como, melhores negociações nos contratos de manutenção e insumos de exames, a implantação do command center (centro de operação remota de equipamentos de ressonância magnética) e adoção do modelo de orçamento base zero para dimensionamento de custos e despesas.

(Despesas) Receitas operacionais

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução entre o exercício social de 31 de dezembro de 2014 e o exercício social de 31 de dezembro de 2015 pode ser observada na tabela abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Despesas) Receitas operacionais (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
Despesas gerais e administrativas	(183.152)	(101.308)
Outras despesas, líquidas	14.406	(2.399)
Total	(168.746)	(103.707)

As despesas gerais e administrativas aumentaram 62,7% ou R\$ 65,0 milhões, de R\$ 103,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 168,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Como percentual da receita líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 26,4% em 2014 para 24,1% em 2015, principalmente devido à incorporação da estrutura administrativa do CDB a partir de novembro de 2014, às despesas com rescisões com integração com o CDB e aumento de estrutura da Holding.

A linha de Outras despesas líquidas teve uma variação positiva de R\$ 16,8 milhões, de uma despesa de R\$ 2,4 milhões no ano de 2014 para uma receita de 14,4 milhões em 2015, principalmente devido a uma receita de R\$ 12,9 milhões sem efeito caixa por conta de um estorno contábil no passivo da Companhia referente a uma provisão de earn out que seria paga aos acionistas originais da empresa UMDI adquirida em 2013 com base em uma meta de crescimento que não se concretizou.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

Em 2015, o lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 108,7 milhões, comparado com R\$ 29,8 milhões em 2014, o que representou um crescimento de 265,0% em relação a 2014.

Como percentual da receita líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro passou de 7,6% em 2014 para 15,5% em 2015. O crescimento maior do que o crescimento da receita líquida do mesmo período é explicado pelos planos de redução de custo implantados em 2015, pela manutenção do mesmo patamar da despesa de depreciação por conta da revisão da vida útil dos ativos e também pelo efeito de estorno de provisão do earn out citado anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia em 2015 foi negativo em R\$ 101,7 milhões enquanto que em 2014 foi negativo em R\$ 35,4 milhões, representando uma variação de 395,6%, principalmente devido ao crescimento das despesas financeiras.

O crescimento nas despesas financeiras, de R\$ 24,8 milhões em 2014 para R\$ 146,6 milhões em 2015, é explicado, principalmente, pelo efeito da variação cambial nas dívidas indexadas ao dólar reconhecido em 2015 no montante de R\$ 82,6 milhões.

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

Devido aos efeitos citados acima no Resultado financeiro da Companhia, em 2015 foi contabilizado um prejuízo operacional de R\$ 6,9 milhões, em comparação ao prejuízo de R\$ 5,6 milhões em 2014. Como percentual da receita líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro passou de 1,7% em 2014 para -0,8% em 2015.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no item 3.2 deste Formulário de Referência, que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2015, a Companhia contabilizou uma despesa de imposto de renda de R\$ 18,4 milhões, enquanto que em 2014 foi contabilizada uma receita de imposto de renda de R\$ 1,3 milhão, decorrente de efeito do imposto de renda diferido e a aquisição do CDB em novembro de 2014 com um regime de lucro real.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou um prejuízo de R\$ 11,4 milhões em contrapartida a um prejuízo de R\$ 4,3 milhões em 2014.

Comparação entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CONTAS DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	699.664	393.149
Custo dos serviços prestados	(422.180)	(259.651)
LUCRO BRUTO	277.484	133.498
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(183.152)	(101.308)
Outras despesas, líquidas	14.406	(2.399)
Resultado em participação societária	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	108.738	29.791
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	(134.262)	(37.225)
Receitas financeiras	32.492	1.824
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.968	(5.610)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(18.397)	1.273
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(11.429)	(4.337)

CONTAS DE RESULTADO

Receita líquida de Serviços

Para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2014	31.12.2013

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	419.286	291.917
Diagnósticos por Imagem	404.932	287.859
Análises Clínicas	14.354	4.058
Deduções	(26.137)	(16.019)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	393.149	275.898

A receita bruta da Companhia cresceu 43,6%, passando de R\$ 291,9 milhões em 2013 para R\$ 419,3 milhões em 2014. Tal aumento se deve, principalmente, ao aumento do número de unidades de atendimento, que passou de 37 unidades em janeiro de 2013 para 86 em dezembro de 2014.

Durante o ano de 2013 foram realizadas 8 aquisições, o que também contribuiu para esse crescimento, além da aquisição do CDB em novembro de 2014.

Além do crescimento através de aquisições, a Companhia também investiu em crescimento orgânico, inaugurando 12 novas unidades de atendimento no ano de 2013 e 10 no ano de 2014.

Abrindo por linha de negócio, a receita dos serviços de diagnóstico por imagem cresceu 40,7%, de R\$ 287,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2013 para R\$ 404,9 milhões em 2014, reflexo do aumento no número de equipamentos de Ressonância Magnética, de 37 equipamentos no início de 2013 para 92 equipamentos em dezembro de 2014.

A receita de análises clínicas cresceu 253,8%, de R\$ 4,1 milhões em 2013 para R\$ 14,4 milhões em 2014, principalmente devido a aquisição do CDB que contribuiu com 1 (um) mês e meio de resultado.

Deduções

As deduções da Companhia cresceram 63,1% de R\$ 16,0 milhões em 2013 para R\$ 26,1 milhões em 2014. Como percentual da receita bruta, as deduções passaram de 5,49% em 2013 para 6,23% em 2014, principalmente devido a alteração no mix de municípios da Alliar contribuindo para uma alíquota média de ISS maior.

Receita líquida

A receita líquida da companhia cresceu 42,5% ou R\$ 117,2, de R\$ 275,9 milhões em 2013 para R\$ 393,1 milhões em 2014.

Custo dos serviços prestados e (despesas) receitas operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A análise do custo e despesas operacionais da Companhia para o período de 2013 a 2014 será feita em conjunto.

A composição do custo dos serviços prestados e despesas operacionais da Companhia e sua evolução entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 pode ser observada na tabela abaixo:

Natureza dos Custos e Despesas (Em milhares de reais - R\$)	31.12.2014	31.12.2013
Com pessoal, salários, encargos sociais e benefícios	(114.459)	(72.963)
Honorários médicos	(70.793)	(41.992)
Medicamentos e materiais médico-hospitalares	(26.883)	(13.782)
Aluguel	(20.135)	(10.929)
Com manutenção	(30.616)	(15.296)
Com utilidades - água, energia elétrica e outras	(12.052)	(7.466)
Serviços de terceiros	(12.815)	(11.800)
Consultoria e assessoria	(22.541)	(9.935)
Depreciação e amortização	(36.582)	(26.323)
Outras despesas operacionais	(16.482)	(35.282)
Total	(363.358)	(245.768)

Em 2014, o total de Custo e despesas operacionais da Companhia foi R\$ 363,4 milhões, um crescimento de 47,8% em comparação aos R\$ 245,8 milhões em 2013.

Esse crescimento da estrutura de custo e despesas acompanha a evolução ocorrida na receita da Companhia nesse período fruto das aquisições de 8 (oito) empresas em 2013 e do CDB em 2014.

Além do aumento natural por conta das despesas absorvidas das empresas adquiridas e das novas unidades de atendimento inauguradas, estão contidas nesses 2 (dois) anos algumas despesas específicas necessárias para o processo de aquisição como auditorias terceiras responsáveis pela diligência, advogados e assessorias especializadas em M&A (mergers and acquisitions).

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 29,8 milhões em 2014, uma redução de 1,0% em comparação a 2013, que foi R\$ 30,1 milhões, principalmente por conta de despesas com aquisições. Como percentual da receita líquida, o lucro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

operacional antes do resultado financeiro passou de 10,9% em 2013 para 7,6% em 2014.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia em 2014 foi negativo em R\$ 35,4 milhões enquanto que em 2013 foi negativo em R\$ 4,2 milhões, representando um aumento de 446,9%.

Esse aumento na despesa financeira é explicado pelo aumento no endividamento da Companhia que cresceu de R\$ 145,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 317,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 principalmente devido a aquisição do CDB e incorporação de suas dívidas e das captações realizadas para financiar o crescimento orgânico da Companhia.

**Lucro (prejuízo) operacional
e antes do imposto de renda e da contribuição social**

Em 2014, o prejuízo antes do imposto de renda da Companhia foi de R\$ 5,6 milhões tendo uma redução de 73,9% em relação ao lucro de R\$ 25,9 milhões de 2013.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2014, a Companhia contabilizou uma receita de imposto de renda de R\$ 1,3 milhão enquanto que em 2013 foi contabilizada uma receita de imposto de renda de R\$ 0,9 milhão, representando um crescimento de 44% devido a um efeito do imposto de renda diferido em 2014 e a aquisição do CDB em novembro de 2014 com um regime de lucro real.

Lucro (prejuízo) líquido

O prejuízo líquido registrado pela Companhia em 2014 foi de R\$ 4,3 milhões, uma redução de 70,0% em comparação ao lucro de R\$ 26,8 milhões de 2013, devido, principalmente, ao crescimento da despesa financeira reflexo do aumento no endividamento da Companhia e algumas despesas específicas para aquisições realizadas.

Descrição das Principais Contas do Nossa Balanço Patrimonial

Conforme citado anteriormente, no período base de análise, compreendido entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e o período findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um crescimento elevado devido tanto à abertura de novas unidades como à aquisição de empresas. Tal crescimento afetou tanto o resultado como o balanço da companhia durante o período em questão.

Os eventos mais impactantes no período foram a aquisição do CDB, em novembro de 2014 e a aquisição da Clínica Delfin, em março de 2016. Estes eventos foram os grandes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

responsáveis pelas variações registradas nas contas do balanço ao longo do período analisado.

A aquisição do CDB, por ter acontecido no final de 2014, teve ligeiro impacto no resultado do período, conforme citado acima. No entanto, pela consolidação do balanço acontecer integralmente em 31 de dezembro de 2014 e pelo fato do CDB representar cerca de 40% da Companhia à época da transação, o impacto da aquisição explica as variações mais relevantes nos saldos do balanço entre 2013 e 2014.

Impacto similar ao ocorrido na aquisição do CDB, no entanto, em menores proporções, aconteceu com a aquisição da Clínica Delfin, no balanço do período findo em 31 de dezembro de 2016. Devido a transição ter sido finalizada em 10 de março de 2016, o resultado sofreu impacto em metade do período. O Balanço, por sua vez, foi consolidado integralmente nas demonstrações de 30 de junho de 2016.

Com a conclusão de cada uma das transações supracitadas, diversas contas do balanço sofreram impactos relevantes ao longo do período analisado, principalmente entre os anos de 2014 e 2013 e entre 2016 e 2015. O ativo total da Companhia aumentou de R\$ 1,5 bilhão de reais, em 2014, para R\$ 2,2 bilhão de reais em 2016.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

ATIVOS	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	159.333	21.920
Títulos e valores mobiliários	37.811	3.672
Contas a receber	233.260	155.592
Estoques	6.391	4.203
Ativo financeiro	14.407	2.806
Instrumento financeiro derivativo	-	8.270
Impostos a recuperar	26.373	13.217
Outras contas a receber	16.854	6.246
Total dos ativos circulantes	494.429	215.926
NÃO CIRCULANTES		
Títulos e valores mobiliários	5.696	2.763
Depósitos judiciais	22.050	15.149
Garantia de reembolso de contingências	139.229	158.041
Partes Relacionadas	31.114	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.530	50.182
Outras contas a receber	893	8.039
Ativo financeiro	64.390	13.254
Instrumento derivativo financeiro	-	21.050
Investimentos	4.694	-
Imobilizados	464.206	411.211
Intangível	878.081	640.737
Total dos ativos não circulantes	1.671.883	1.320.426
TOTAL DOS ATIVOS	2.166.312	1.536.352

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 630 milhões, representando um aumento de 41% no período.

No ativo circulante a conta Caixa e Equivalentes de Caixa teve variação elevada em função principalmente dos recursos captados na abertura de capital e também do fluxo de caixa operacional gerado pelas operações.

O ativo não circulante aumentou de R\$ 1.320,4 milhões para R\$ 1.671,9 milhões, representando um aumento de 27%. As contas mais afetadas foram o Imobilizado e o Intangível. O ativo Intangível por exemplo teve um aumento de R\$ 237,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTES		
Fornecedores	69.737	51.108
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	41.227	28.209
Empréstimos e financiamentos	202.830	79.654
Instrumento financeiro derivativo	25.549	-
Obrigações tributárias	35.813	16.263
Parcelamento de impostos	2.088	1.256
Contas a pagar – aquisição de empresas	13.478	4.354
Outras contas a pagar	13.857	6.133
Total dos passivos circulantes	404.579	186.977
NÃO CIRCULANTES		
Empréstimos e financiamentos	302.817	385.790
Instrumento financeiro derivativo	13.101	-
Partes Relacionadas	293	
Parcelamento de impostos	6.979	7.177
Contas a pagar – aquisição de empresas	33.487	29.456
PIS/COFINS/ISS diferidos	4.452	-
Provisão para riscos legais	179.478	178.570
Outras contas a pagar	9.191	15.382
Total dos passivos não circulantes	549.798	616.375
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	580.910	299.249
Capital social a integralizar	(1.130)	(1.201)
Reservas de capital	615.794	474.590
Ações em tesouraria	(4.102)	(23.897)
Prejuízos acumulados	(17.872)	(32.664)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.173.600	716.077
Participação dos acionistas não controladores	38.335	16.923
Total do patrimônio líquido	1.211.935	733.000

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.166.312	1.536.352
---	------------------	------------------

O passivo circulante, por sua vez, teve um acréscimo de R\$ 217,6 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos, que somou R\$ 123,2 milhões de variação.

A conta de Salários e obrigações sociais e previdenciárias aumentou de R\$ 28,2 milhões em 2015 para R\$ 41,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sendo que parte desta variação reflete a aquisição da Clínica Delfin.

O saldo de Obrigações tributárias, no período analisado, teve um aumento de R\$ 19,6 milhões. A aquisição da Clínica Delfin respondeu por parte deste aumento ao passo que o restante foram referentes à expansão das atividades da própria Companhia.

O passivo não circulante sofreu uma redução de R\$ 66,6 milhões. Desta redução cabe destacar a conta que teve a maior variação, no caso, a conta de empréstimos e financiamentos.

As outras linhas dentro de passivo não circulante de forma geral ficaram bastante estáveis no período.

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 733,0 milhões em 2015 para R\$ 1.211,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, devido, em grande parte, à abertura de capital da Companhia e também, em menor escala, à aquisição da Clínica Delfin, que teve impacto no capital social, com a emissão de novas ações devido à combinação de negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

ATIVOS	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	21.920	42.209
Aplicações financeiras	3.672	5.474
Contas a receber	155.592	120.055
Estoques	4.203	5.836
Ativo financeiro	2.806	1.241
Instrumento financeiro derivativo	8.270	-
Impostos a recuperar	13.217	15.051
Outras contas a receber	6.246	10.258
Total dos ativos circulantes	215.926	200.124
NÃO CIRCULANTES		
Aplicações financeiras vinculadas	2.763	-
Depósitos judiciais	15.149	14.990
Garantia de reembolso de contingências	158.041	203.781
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50.182	48.423
Outras contas a receber	8.039	6.000
Ativo financeiro	13.254	6.139
Instrumento derivativo financeiro	21.050	-
Imobilizados	411.211	351.375
Intangível	640.737	632.995
Total dos ativos não circulantes	1.320.426	1.263.703
TOTAL DOS ATIVOS	1.536.352	1.463.827

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 72,5 milhões, representando um aumento de 5,0% no período.

No ativo circulante a conta Caixa e Equivalentes de Caixa teve variação negativa no montante de R\$ 20,3 milhões no período analisado devido, principalmente, aos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

investimentos realizados na aquisição de máquinas e equipamentos sendo que tais investimentos também impactaram as contas do ativo não circulante, como Imobilizado e o Ativo financeiro.

O ativo não circulante aumentou de R\$ 1.263,7 milhões em 2014 para R\$ 1.320,4 milhões, representando um aumento de 4,5%. As contas mais afetadas foram o Imobilizado, Garantia de reembolso de contingências e o Intangível. Os investimentos mencionados no parágrafo anterior, relacionados às aquisições de máquinas, principalmente, fizeram com que o ativo Imobilizado tivesse um aumento de R\$ 59,8 milhões.

Cabe ressaltar que a linha de Garantia de reembolso de contingências teve uma redução de R\$ 45,7 milhões devido às baixas de contingências realizadas após a aquisição do CDB.

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTES		
Fornecedores	51.108	43.691
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	28.209	22.560
Empréstimos e financiamentos	79.654	90.702
Obrigações tributárias	16.263	8.309
Parcelamento de impostos	1.256	1.719
Contas a pagar – aquisição de empresas	4.354	7.998
Outras contas a pagar	6.133	10.512
Total dos passivos circulantes	186.977	185.491
NÃO CIRCULANTES		
Empréstimos e financiamentos	385.790	239.666
Parcelamento de impostos	7.177	5.633
Contas a pagar – aquisição de empresas	29.456	38.060
Provisão para riscos legais	178.570	224.199
Outras contas a pagar	15.382	27.459
Total dos passivos não circulantes	616.375	535.017
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social integralizado	299.249	273.552
Capital social a integralizar	(1.201)	-
Reservas de capital	2.910	31.723

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Reserva de instrumento patrimonial decorrente de combinação de negócios	471.680	471.680
Ações em tesouraria	(23.897)	(21.274)
Reservas de lucros	-	3.077
Prejuízos acumulados	(32.664)	(22.974)
Total de Patrimônio líquido dos acionistas controladores	716.077	735.784
Participação dos acionistas não controladores	16.923	7.535
Total do patrimônio líquido	733.000	743.319
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.536.352	1.463.827

O saldo de passivo circulante permaneceu praticamente estável entre os anos de 2015 e 2014, com um ligeiro aumento de R\$ 1,5 milhões de reais. Por um lado, houve uma redução nos empréstimos de curto prazo, devido à amortização de dívidas, totalizando uma redução de R\$ 11,5 milhões no período em questão. Por outro, houve aumento nas contas de Fornecedores, Obrigações tributárias e Salários, obrigações sociais e previdenciárias, totalizando R\$ 21,0 milhões. Estes aumentos estão correlacionados com o crescimento da receita da Companhia no período, conforme anteriormente citado, de 78%.

A linha de passivo não circulante sofreu uma variação positiva, no período analisado, de R\$ 81,4 milhões. Tal variação teve como origem, em grande parte, a movimentação no saldo de empréstimos, que teve um aumento de R\$ 137,4 milhões devido à captação realizada no período para financiar os investimentos da Companhia e, por outro lado, houve uma redução de R\$ 45,6 milhões na linha de Provisão para riscos legais. Tal redução ocorreu devido à baixa de provisões que foram constituídas após as aquisições ocorridas, principalmente, entre os anos de 2013 e 2014 ultrapassaram o prazo limite para realização os riscos provisionados.

O patrimônio líquido sofreu uma redução de R\$ 10,3 milhões devido ao prejuízo ocorrido no período, que somou R\$ 11,4 milhões.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

ATIVOS	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	42.209	51.974
Aplicações financeiras	5.474	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber	120.055	87.242
Estoques	5.836	3.611
Ativo financeiro	1.241	-
Impostos a recuperar	15.051	11.456
Outras contas a receber	10.258	16.463
Total dos ativos circulantes	200.124	170.746
NÃO CIRCULANTES		
Depósitos judiciais	14.990	2.987
Garantia de reembolso de contingências	203.781	18.495
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.423	33.581
Outras contas a receber	6.000	6.791
Ativo financeiro	6.139	-
Imobilizados	351.375	219.799
Intangível	632.995	137.040
Total dos ativos não circulantes	1.263.703	418.693
TOTAL DOS ATIVOS	1.463.827	589.439

Entre os anos de 2014 e 2013 o ativo da Companhia aumentou de R\$ 589,4 milhões em 2013 para R\$ 1.463,8 milhões em 2014 em decorrência, principalmente, da aquisição do CDB.

O ativo circulante teve um aumento, no período, de R\$ 29,4 milhões, impactado fortemente pelo aumento no saldo de Contas a receber e Outras contas a receber, após a aquisição do CDB, que totalizaram um aumento de R\$ 26,6 milhões.

Os ativos não circulantes sofreram grande aumento no período analisado, chegando ao saldo de R\$ 1.263,7 milhões em 2014, ante R\$ 418,7 milhões em 2013. A aquisição do CDB foi responsável pelo aumento do ativo não circulante, cujas principais variações se deram nas linhas de: Intangível, devido ao ágio da transação (R\$ 451,1 milhões), ativo imobilizado que variou R\$ 131,6 milhões no período e em Garantias de reembolso de contingências no montante de R\$ 185,3 milhões.

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTES		
Fornecedores	43.691	28.372
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	22.560	17.642

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos	90.702	43.687
Obrigações tributárias	8.309	18.772
Parcelamento de impostos	1.719	711
Contas a pagar – aquisição de empresas	7.998	11.486
Outras contas a pagar	10.512	12.649
Total dos passivos circulantes	185.491	133.319
NÃO CIRCULANTES		
Empréstimos e financiamentos	239.666	102.237
Partes relacionadas	-	1.623
Parcelamento de impostos	5.633	7.688
Contas a pagar – aquisição de empresas	38.060	43.119
Provisão para perdas em controladas	-	-
Provisão para riscos legais	224.199	19.261
Outras contas a pagar	27.459	2.702
Total dos passivos não circulantes	535.017	176.630
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social integralizado	273.552	218.231
Capital social a integralizar	-	-
Reservas de capital	31.723	31.473
Reserva de instrumento patrimonial decorrente de combinação de negócios	471.680	-
Ações em tesouraria	(21.274)	(324)
Reservas de lucros	3.077	33.006
Prejuízos acumulados	(22.974)	(9.705)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	735.784	272.681
Participação dos acionistas não controladores	7.535	6.809
Total do patrimônio líquido	743.319	279.490
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.463.827	589.439

Assim como no ativo, o passivo da Companhia foi fortemente impactado pela aquisição do CDB. O passivo circulante teve um aumento de R\$ 52,2 milhões, em grande parte devido ao aumento no endividamento de curto prazo da Companhia, que teve um aumento de R\$ 47,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O passivo não circulante, por sua vez, teve um aumento R\$ 358,4 milhões entre 2013 e 2014, devido, majoritariamente, aos aumentos nos saldos de empréstimos de longo prazo e à provisão para riscos legais, que aumentaram, respectivamente, R\$ 137,4 milhões e R\$ 204,9 milhões. Ambos foram impactados pela aquisição do CDB, ao passo em que a Companhia assumiu a dívida que era do CDB e também fez provisões para riscos legais em decorrência da aquisição.

Por fim, o patrimônio líquido teve um aumento de R\$ 463,8 milhões no período analisado, também devido à aquisição do CDB que adicionou R\$ 471,7 milhões no saldo de Instrumento patrimonial decorrente de combinação de negócios.

Fluxos de caixa

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa:

	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do período	28.767	(11.429)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	54.367	35.701
Opções outorgadas reconhecidas (canceladas)	-	1.160
Valor Residual de ativos imobilizados baixados e investimentos	34.937	14.544
Encargos financeiros e variação cambial	(22.444)	99.152
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	80.251	-
Resultado em participação societária	(10.319)	-
Reversão de contas a pagar aquisição de empresas	-	(12.961)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.506	8.695
Provisão para honorários advocatícios	-	111
Redução ao valor recuperável dos ativos	1.688	-
PIS/COFINS/ISS diferidos	4.452	-
Imposto de renda e contribuição social	(18.341)	(5.371)
Ações Restritas	1.551	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber	(56.662)	(44.232)
Estoques	(948)	1.633
Impostos a Recuperar	(9.609)	-
Ativo financeiro	(45.457)	(8.680)
Depósitos judiciais	910	-
Garantias e Provisões para riscos	(5.126)	-
Outros ativos	2.495	3.296
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	12.435	7.417
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	5.962	5.649
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	17.466	9.593
Outros passivos	5.368	(4.083)
Dividendos recebidos	9.868	-
Opções de ações pagas	(11.932)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.391)	(1.639)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	78.974	98.556
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento) redução de aplicação financeira	(27.338)	(961)
Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	(2.091)	-
Adiantamentos a Partes relacionadas	(9.089)	-
Recompra de ações de acionistas	-	-
Aquisição de investimentos	(6.500)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(105.617)	(102.784)
Caixa líquido aplicado nas (gerados pelas) atividades de investimento	(150.635)	(103.745)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	280.451	24.496
Gasto com emissão de ações	(22.525)	-
Ações em tesouraria	1.128	(7.559)
Transações com acionistas	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	(1.567)		
Recompra de ações	-	(27.000)	
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	156.023	133.597	
Amortização de empréstimos e financiamentos, debêntires e derivativos	(159.062)	(93.659)	
Juros pagos	(45.374)	(50.022)	
Amortização de contas a pagar por aquisição de empresas	-	(3.003)	
Partes Relacionadas	-	-	
Aportes líquidos de acionistas não controladores	-	8.050	
Caixa líquido gerado pelas (gerados nas) atividades de financiamento	209.074	(15.100)	
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	137.413	(20.289)	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do período	21.920	42.209	
No fim do período	159.333	21.920	
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	137.413	(20.289)	

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 79 milhões no exercício de 2016 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 98,5 milhões no período anterior. Este decréscimo deveu-se, principalmente, a despesas com assessores, auditores e advogados relacionadas a aquisição da clínica Delfin em 11 de março de 2016, no valor de R\$ 7,1 milhões e ao aumento significativo do ativo financeiro (Capex da RBD – a PPP na Bahia), conforme esperado pelo contrato da licitação.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 150,6 milhões em 2016 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 103,7 milhões no período de 2015, refletindo principalmente os recursos captados no IPO e a variação decorrente na linha de aplicações financeiras.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 209,1 milhões em 2016 comparado a uma geração negativa de R\$ 15,1 milhões no período de 2015,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

representando uma entrada de R\$280,4 milhões, que reflete principalmente os recursos captados no IPO.

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	31.12.2015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(11.429)	(4.337)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	35.701	36.582
Opções outorgadas reconhecidas	1.160	250
Custo residual de ativo imobilizado baixados	14.544	1.804
Encargos financeiros	99.152	36.297
Resultado em participação societária	-	-
Perda com dividendos desproporcionais	-	-
Reversão de contas a pagar aquisição de empresas	(12.961)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.695	4.992
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	111	109
Provisão para honorários advocatícios	-	1.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.371)	(17.122)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(44.232)	(2.946)
Estoques	1.633	(2.225)
Outros ativos	3.296	19.207
Ativo financeiro	(8.680)	(7.399)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	7.417	(15.319)
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	5.649	(4.417)
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	9.593	(11.417)
Outros passivos	(4.083)	15.416
Despesas financeiras pagas		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendos recebidos		-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.639)		(3.631)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	98.556		47.694
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento (redução) em aplicações financeiras	(961)		(5.330)
Aquisição de controladas, líquido de caixa recebido	-		2.075
Partes relacionadas	-		239
Adição em investimentos, líquida	-		-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(102.784)		(125.649)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(103.745)		(128.665)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	24.496		-
Ações em tesouraria	(7.559)		(13.382)
Recompra de ações	(27.000)		-
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	133.597		193.162
Amortização de empréstimos e financiamentos	(93.659)		(41.369)
Juros pagos	(50.022)		(16.501)
Amortização de contas a pagar por aquisição de empresas	(3.003)		(12.569)
Dividendos pagos	-		(39.033)
Partes relacionadas	-		-
Aportes líquidos de acionistas não controladores	8.050		898
Juros sobre o capital próprio pagos	-		-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(15.100)		71.206
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(20.289)		(9.765)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	42.209		51.974
No fim do exercício	21.920		42.209
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(20.289)		(9.765)

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 98,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 47,7

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento na geração de caixa de R\$ 50,8 milhões.

Tal acréscimo deveu-se, principalmente, a aquisição do CDB em 14 de novembro de 2014.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 103,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 128,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento na aplicação de caixa de R\$ 25,0 milhões.

Tal decréscimo deveu-se, principalmente, à uma variação positiva na linha de aquisição de ativo imobilizado e intangível no valor de R\$ 22,9 milhões.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 15,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado a um caixa líquido gerado de R\$ 71,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando uma diminuição de caixa aplicado nas atividades de financiamento no montante de R\$ 86,3 milhões.

Tal decréscimo deveu-se, principalmente, a uma redução na captação de novos financiamentos no valor de R\$ 59,6 milhões menor que no período anterior.

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	31.12.2014	31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.337)	26.803
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	36.582	26.323
Opções outorgadas reconhecidas	250	1.500
Custo residual de ativo imobilizado baixados	1.804	849
Encargos financeiros	36.297	8.278
Resultado em participação societária	-	-
Perda com dividendos desproporcionais	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Reversão de contas a pagar aquisição de empresas		-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.992	1.134	
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	109	(163)	
Provisão para honorários advocatícios	1.850	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.122)	(8.375)	
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber	(2.946)	(40.271)	
Estoques	(2.225)	1.532	
Outros ativos	19.207	(9.600)	
Ativo financeiro	(7.399)	-	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(15.319)	5.890	
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	(4.417)	5.478	
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	(11.417)	14.645	
Outros passivos	15.416	(16.910)	
Despesas financeiras pagas			
Dividendos recebidos		-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.631)	-	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	47.694	17.113	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento (redução) em aplicações financeiras	(5.330)	-	
Aquisição de controladas, líquido de caixa recebido	2.075	(56.204)	
Partes relacionadas	239	5.227	
Adição em investimentos, líquida	-	-	
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(125.649)	(61.402)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(128.665)	(112.379)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	-	-	
Ações em tesouraria	(13.382)	-	
Recompra de ações	-	-	
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	193.162	118.501	
Amortização de empréstimos e financiamentos	(41.369)	(10.115)	
Juros pagos	(16.501)	(3.371)	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Amortização de contas a pagar por aquisição de empresas	(12.569)	-
Dividendos pagos	(39.033)	(15.728)
Partes relacionadas	-	-
Aportes líquidos de acionistas não controladores	898	5.058
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(6.433)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	71.206	87.912
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9.765)	(7.354)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	51.974	59.328
No fim do exercício	42.209	51.974
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(9.765)	(7.354)

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 47,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 17,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento na geração de caixa de R\$ 30,6 milhões, ou 178,9%.

Tal acréscimo deveu-se, principalmente, às aquisições realizadas ao longo do ano de 2013 e a aquisição do CDB em 14 de novembro de 2014.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 128,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 112,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento na aplicação de caixa de R\$ 16,3 milhões.

Tal acréscimo deveu-se principalmente ao investimento realizado em expansão orgânica com a compra e instalação de novos equipamentos de imagem.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 71,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado a R\$ 87,9 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando uma queda de caixa gerado nas atividades de financiamento no montante de R\$ 16,7 milhões.

Tal queda deveu-se, principalmente, a um aumento na distribuição de dividendos no valor de R\$ 23,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor

Somos a segunda maior rede de diagnósticos por imagem do Brasil em número de equipamentos de ressonância magnética, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e acreditamos ser a terceira maior prestadora de serviços de medicina diagnóstica do Brasil em termos de receita líquida, ao compararmos nossas informações financeiras aos dados divulgados por nossos principais concorrentes. Nossa parque inclui 116 máquinas de Ressonância Magnética de primeira linha em 44 cidades do Brasil, onde está presente através das 24 marcas regionais.

Em 2016 a Alliar realizou cerca de 3,3 milhões de atendimentos, crescendo tanto em imagem como em análises clínicas. Referente aos serviços de análises clínicas, a companhia realiza, em média, 7 milhões exames por ano em um mercado estimado pela ANS de 658 milhões exames, representando um *market share* de cerca de 1,0%. Em dezembro de 2016, 40 unidades da companhia ofereciam esse tipo de exame de um total de 112 unidades, representando uma oportunidade estratégica de expansão desse serviço nas demais unidades.

No geral, nossas linhas de negócio foram responsáveis por uma receita líquida de R\$ 951,5 milhões em 2016, de R\$ 699,7 milhões em 2015 e R\$ 393,1 milhões em 2014.

No geral, as atividades operacionais da Companhia são afetadas por diversos fatores macroeconômicos e operacionais, dentre os quais:

- a saúde financeira das operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas que são as fontes pagadoras responsáveis pela maior parcela da receita de prestação de serviços da Companhia. Neste contexto, a situação de cada fonte pagadora pode influenciar a receita de prestação de serviços e o prazo de recebimento pela prestação de serviços. Em compensação a esse fato a Companhia possui uma base de unidades e seus clientes dispersa pelo país, o que minimiza de forma relevante o risco de não recebimento;
- a situação do nosso parque de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. A Receita de prestação de serviços do grupo depende da disponibilidade de aparelhos de diagnósticos em condições normais de operação para realização de exames;
- a disponibilidade dos nossos fornecedores, incluindo os médicos parceiros que realizam os laudos dos exames e o parceiro processador de Análises Clínicas. O

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

faturamento dos exames realizados depende da entrega em tempo adequado de laudos com qualidade mínima dos parceiros conforme orientação da Companhia; e

- a reputação das marcas regionais. A procura por exames depende da reputação das marcas regionais da Companhia com os médicos solicitantes e com o público demandante em geral.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Diretoria da Companhia entende que a situação financeira geral da Companhia, incluindo sua geração de receitas e seus resultados operacionais, estão sujeitos a incertezas relacionadas às condições macroeconômicas e políticas brasileiras, e também às condições de mercado de diagnóstico por imagem nas cidades em que estamos presentes, como por exemplo:

- Instabilidade social e política;
- Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- Flutuações cambiais relevantes;
- Alterações no regime fiscal e tributário;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Política monetária;
- Política fiscal;
- Racionamento de água e/ou energia; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

As alterações nestas variáveis podem afetar os resultados da Companhia positiva ou negativamente, principalmente se as mudanças forem significativas e não estejam de acordo com as expectativas da Companhia.

O preço dos serviços da companhia é negociado periodicamente com as diversas fontes pagadoras, utilizando como base os índices de inflação oficiais do país.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2016, os índices de preços mostraram inflação em queda pela primeira vez em anos. Os custos e despesas da Companhia são impactados principalmente pela inflação nas cidades onde a Companhia está presente. Em um cenário de aumento de inflação generalizado no Brasil, é possível que a companhia não consiga ajustar os preços dos serviços de forma a compensar completamente os efeitos da inflação sobre os custos e despesas.

A taxa de câmbio não afeta diretamente a receita da companhia, mas afeta uma parcela do endividamento líquido indexadas ao dólar, o preço de alguns insumos para realização de exames também atrelados ao dólar e a capacidade de investimento em novas máquinas, peças e equipamentos, uma vez que partes desses equipamentos e peças são importados ou possuem preços atrelados ao dólar.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente as operações da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Desde a sua constituição, a Companhia atua apenas em um segmento operacional: medicina diagnóstica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Operações societárias ocorridas em 2013 e 2014:

Em 2013 e 2014, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de ações / cotas, tendo por objeto a aquisição do capital social de empresas de seu ramo de atuação, cuja atividade principal são serviços de análise clínica e serviços de diagnósticos em geral, conforme percentuais descritos no quadro abaixo. Todas as controladas operam no país.

<u>Grupo</u>	<u>Nome da controlada</u>	<u>% de participação</u>	<u>Data do investimento</u>	<u>Contrapartidas transferidas (em R\$ mil)</u>
CDB	Centro de Diagnóstico Brasil (“CDB”)	100%	14/11/2014	527.000
Nuclear	Nucleminas Medicina Nuclear	100%	28/11/2013	
Nuclear	Científica	100%	28/11/2013	5.459
Nuclear	Nuclear Medcenter	100%	28/11/2013	
CDI	Centro de Diagnóstico por Imagem	100%	11/10/2013	12.067
Pro Imagem	Pró Imagem Exames Complementares (Taubaté)	100%	01/07/2013	
Pro Imagem	Pró Ressonância Ltda. (Taubaté)	100%	01/07/2013	
Pro Imagem	Pró Imagem Ltda. (Pinda)	100%	01/07/2013	28.330
Pro Imagem	Pró R M Diagnósticos Avançados Ltda. (Pinda)	100%	01/07/2013	
Sonograff	Sonograff Vale do Aço Ltda.	100%	16/07/2013	1.401
ECO	Ecoclínica Ltda.	70%	27/05/2013	15.022
UMDI	Unidade Mogiana de Diagnóstico por Imagem S/A.	100%	13/06/2013	56.755
Gold Imagem	Gold Imagem Diagnósticos Médicos	100%	05/03/2013	
Gold Imagem	Imagen Centro de Diagnóstico (Limeira)	100%	05/03/2013	7.714
Gold Imagem	Instituto de Diagnóstico Gold Imagem (Rio Claro)	100%	05/03/2013	

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Gold Imagen	Setra Prestação de Serviços Radiológicos	100%	05/03/2013	
SJT	Serviços de Radiologia São Judas Tadeu Ltda.	100%	16/01/2013	15.919

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia constituiu a Rede Brasileira de Diagnósticos SPE S.A, que tem como finalidade a concessão administrativa para gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem junto à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (“SESAB”). Suas atividades operacionais foram iniciadas em 28 de maio de 2015.

Operações societárias ocorridas em 2016:

No dia 10 de março de 2016 foi assinado o Acordo de Associação entre o Grupo Delfin (Delfpar S.A., Delfin Imagem S.A. e Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.) e a Companhia. O acordo prevê a aquisição de 8 unidades de atendimento de medicina diagnóstico por imagem, localizadas no Estado da Bahia e do Rio Grande do Norte.

A operação prevê a aquisição da holding do Grupo Delfin pela Companhia, empresa Delfpar S.A., e a entrada dos acionistas desta empresa no quadro societário da Alliar através de emissão de ações, passando a Companhia a ser detentora da totalidade das ações de emissão.

Ativos adquiridos e passivos assumidos

(Em milhares de R\$)	Valor justo
----------------------	-------------

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	902
Títulos e valores mobiliários	9.435
Contas a receber	28.382
Estoques	680
Impostos a recuperar	3.547
Partes relacionadas	3.358
Outras contas a receber	5.843
Depósitos judiciais	7.811
Impostos diferidos	4.427
Investimentos	1.875

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Imobilizado	52.524
Intangível	20.966
Total	139.750
 Passivos	
Fornecedores	5.722
Empréstimos e financiamentos	28.941
Debêntures	36.103
Salários e encargos	6.565
Obrigações tributárias	9.186
Imposto diferido	11.420
Parcelamentos	1.464
Partes relacionadas	474
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	24.608
Outras obrigações	3.934
Total	127.417
Ativos líquidos adquiridos	<u>11.333</u>

c. Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, de 2015, e de 2016 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016, respectivamente, foram feitas ênfases devido às suas rerepresentações em decorrência de reclassificações, ajustes e divulgações adicionais. Não foram emitidas ressalvas nos relatórios acima referidos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela companhia ou indiretamente, por meio de suas controladas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os Diretores da Companhia elaboram as demonstrações financeiras com todas as informações relevantes que correspondem às utilizadas em sua gestão, e somente elas, estão sendo evidenciadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

A Companhia entende que não existam itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras apresentadas.

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Não aplicável, tendo em vista que todos os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, aparecem no seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, desde 2011, vem investindo significativamente em crescimento orgânico e por meio de aquisições. A movimentação do ativo imobilizado abaixo demonstra a transformação da Companhia e o volume desses investimentos nos últimos anos:

(Em milhares de R\$)	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Adição por combinação de negócio	Saldo em 31/12/2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	87.234	28.302	(2.617)	(3.614)	-	104.764
Máquinas e equipamentos	278.662	55.674	(28.890)	(41.819)	52.819	320.788
Móveis e utensílios	15.494	1.895	(46)	(2.198)	-	11.709
Equipamento de informática	12.899	6.769	(2.554)	(4.200)	-	7.683
Instalações	4.476	739	(47)	(502)	-	4.339
Adiantamento a fornecedores	11.916	2.268	-	-	-	14.184
Outros	530	344	-	(84)	-	739
Total	<u>411.211</u>	<u>95.991</u>	<u>(34.154)</u>	<u>(52.417)</u>	<u>52.819</u>	<u>464.206</u>

Consolidado					
(Em milhares de R\$)	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2015
Benfeitorias em imóveis de terceiros	55.523	34.393	-	(2.682)	87.234
Máquinas e equipamentos	258.127	59.300	(14.238)	(24.527)	278.662
Móveis e utensílios	14.948	2.509	-	(1.963)	15.494
Equipamento de informática	13.546	2.864	-	(3.511)	12.899
Instalações	4.812	166	-	(502)	4.476
Veículos	552	-	(306)	(246)	-
Obras em Andamento	3.282	8.634	-	-	11.916
Outros	585	-	-	(55)	530

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Total	351.375	107.866	(14.544)	(33.486)	411.211
Consolidado					
(Em milhares de R\$)	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciações	Adição por combinação de negócios
Benfeitorias em imóveis de terceiros	28.451	27.518	-	(446)	-
Máquinas e equipamentos	157.143	63.424	(1.804)	(32.341)	71.705
Móveis e utensílios	13.546	1.833	-	(431)	-
Equipamento de informática	13.467	2.338	-	(2.259)	-
Instalações	2.638	2.638	-	(464)	-
Veículos	648	44	-	(140)	-
Obras em Andamento	3.282	-	-	-	-
Outros	624	-	-	(39)	-
Total	219.799	97.795	(1.804)	(36.120)	71.705
Consolidado					
(Em milhares de R\$)	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Depreciações	Adição por combinação de negócios
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.370	14.356	-	(1.275)	-
Máquinas e equipamentos	101.284	37.522	(849)	(20.975)	40.161
Móveis e utensílios	10.167	4.353	-	(974)	-
Equipamento de informática	11.786	4.011	-	(2.330)	-
Instalações	3.024	3	-	(389)	-
Veículos	667	137	-	(156)	-
Obras em Andamento	1.656	1.626	-	-	-
Outros	662	-	-	(38)	-

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Total	144.616	62.608	(849)	(26.137)	40.161	219.799
-------	---------	--------	-------	----------	--------	---------

O plano de investimento da Companhia para os próximos anos é continuar investindo e crescendo, seja organicamente ou por meio de aquisições, conforme vem sendo realizado desde 2011.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da companhia serão financiados por meio da geração de caixa da própria Companhia, com empréstimos, financiamentos e emissão de valores mobiliários.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não está realizando nenhum desinvestimento relevante.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A aquisição do CDB já comentada nesse Formulário, está impactando positivamente a capacidade da Companhia em ofertar analises clinicas nas demais unidades de atendimento da Companhia que ainda não ofertavam analises clinicas. Até a aquisição do CDB em 14 de novembro de 2014, apenas as unidades de atendimento da Companhia em Belém – PA ofertavam analises clinicas.

A aquisição do Delfin já comentada nesse Formulário, está impactando positivamente a capacidade da Companhia de crescimento na região nordeste do Brasil principalmente no estado da Bahia.

c. novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, nos 3 (três) últimos exercícios sociais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que atualmente não há projetos realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, nos 3 (três) últimos exercícios sociais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Descrição das Transações e base para a elaboração das Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma

a) Descrição das transações

As demonstrações do resultado consolidado não auditadas levantadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas ("CID" ou "Companhia") e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 refletem a transação detalhada a seguir:

Em 10 de março de 2016, ocorreu a incorporação da Delfpar S.A. ("Delfpar"), sociedade por ações com sede na cidade de Salvador, estado da Bahia, na Avenida Antonio Carlos Magalhães pela Companhia, com a consequente extinção da Delfpar e a versão do seu acervo líquido para a Companhia. Para fins de incorporação, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis, na data-base de 31 de janeiro de 2016. A Delfpar era controladora de 99,99% das ações da controlada Delfin Imagem S.A. ("DISA"), que em razão da incorporação tornou-se controlada da Companhia juntamente de suas controladas.

A aquisição descrita acima resultou em uma combinação de negócios de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e a IFRS 3 - "Business Combination", uma vez que a Companhia passou a deter o controle das entidades do Grupo Delfin. Como resultado, e seguindo os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) e da IFRS 3, os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das entidades do Grupo Delfin foram avaliados ao seu valor justo ("fair value") e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas.

Para fins de incorporação, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis, na data-base de 31 de janeiro de 2016. O valor do acervo líquido contábil foi de R\$ 11.333, utilizado para o aumento de capital da Companhia.

O valor total da aquisição foi determinado com base no valor econômico da Delfpar na data da aquisição, por ser o dado verificável disponível e representativo do valor do negócio. Assim, o valor da aquisição foi estabelecido em R\$ 184.094.

Os ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição podem ser assim demonstrados:

10.03.2016

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	902
Títulos e valores mobiliários	9.435
Contas a receber	28.382
Estoques	680

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

	10.03.2016
Impostos a recuperar	3.547
Partes relacionadas	3.358
Outras contas a receber	5.843
Depósitos judiciais	7.811
Impostos diferidos	4.427
Investimentos	1.875
Imobilizado	52.524
Intangível	20.966
	<u>139.750</u>
<i>Passivos</i>	
Fornecedores	5.722
Empréstimos e financiamentos	28.941
Debêntures	36.103
Salários e encargos	6.565
Obrigações tributárias	9.186
Imposto diferido	11.420
Parcelamentos	1.464
Partes relacionadas	474
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	24.608
Outras obrigações	3.934
	<u>128.417</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>11.333</u>

i) Composto por: (a) direito de utilização da marca DELFIN, por prazo indeterminado, sendo considerado como tendo vida útil indefinida; e (b) valor do contrato com o Hospital São Rafael para prestação de serviços médicos relacionados à medicina diagnóstica, por prazo indeterminado, sendo, portanto, considerado como tendo vida útil indefinida.

Na referida combinação de negócios foi apurado ágio, conforme segue:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Contrapartida transferida em caixa e ações	168.786
Contrapartida a transferir (a)	9.412
Assunção de dívida	5.896
Total das contraprestações	184.094
Mais: Participação de não controladores na adquirida	9.030
Menos: Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(11.333)
Saldo de ágio reconhecido no intangível	<u>181.791</u>

ii) As contraprestações a transferir referem-se à valores a pagar a prazo.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") foi mensurado e reconhecido, na data da aquisição, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e a IFRS 3 - "Business Combination". A mensuração da

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

participação de acionistas não controladores também foi efetuada pelo seu valor justo na data de aquisição, de acordo com esse mesmo pronunciamento técnico.

A Companhia contratou especialistas de mercado para poderem proceder com a avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. A administração da Companhia até a data destas informações intermediárias ainda não havia concluído a revisão da mensuração efetuada pelos especialistas contratados. Segundo o CPC 15, o período de mensuração é o que se segue à data da aquisição, durante o qual o adquirente pode ajustar os valores reconhecidos por uma combinação de negócios. Desta forma, a Companhia procedeu com o registro dos valores provisórios dos saldos apurados na combinação de negócios, que de acordo com as alocações iniciais identificadas pelos especialistas, foram divididos entre: ágio (*goodwill*), marcas e contratos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram constituídos sobre a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócios e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais valia dos ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas entidades controladas. O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos será realizado contabilmente à medida que os ativos imobilizados sejam depreciados, ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora.

a) Base para elaboração das informações financeiras consolidadas "pro forma"

As informações financeiras consolidadas "pro forma" da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são derivadas das seguintes demonstrações financeiras históricas:

- Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013 elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards" ou "IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas, cujo relatório de auditoria datado de 02 de dezembro de 2016, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, de 2014 e de 2013. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir reclassificações, ajustes e divulgações adicionais, as quais estão detalhadas na referida nota explicativa. A opinião não está ressalvada em função deste assunto.
- Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Delfin Imagem S.A. e Controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas, cujo relatório de auditoria datado de

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

28 de agosto de 2016 inclui ênfases sobre os seguintes fatos: (i) conforme divulgado nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, a controlada indireta Delfin Médicos Associados Ltda. e a Delfin Bahia Diagnóstico por Imagem Ltda. possuem como únicos clientes o Hospital São Rafael e o Hospital da Bahia, respectivamente. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise sobre essas demonstrações financeiras devem levar em consideração essas circunstâncias; e (ii) Em 29 de março de 2016, foi emitido relatório de auditoria, com ênfase quanto ao mesmo assunto anteriormente mencionado e ressalva quanto à limitação de escopo pela não obtenção de evidência de auditoria para validação do saldo das contas a receber da controlada Delfin Médicos Associados Ltda., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delfin Imagem S.A. e Controladas. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.11, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erro de conciliação e ajuste das contas a receber descritos na referida nota explicativa. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto contida na opinião anteriormente emitida não é mais necessária e, portanto, a nova opinião constante deste relatório não contém ressalva.

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são derivadas das seguintes informações financeiras históricas:

- Informações contábeis intermediárias consolidadas históricas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) e com norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, auditadas, cujo relatório de auditoria datado de 22 de março de 2017 não contém ressalva;
- Informações financeiras intermediárias de propósito especial históricas da Delfin Imagem S.A. e Controladas, relativas ao período findo em 10 de março de 2016; preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, somente com o objetivo de permitir que a Companhia elaborasse sua demonstração do resultado consolidado “*pro-forma*”; as quais foram revisadas por nós e cujo relatório de revisão datado de 28 de agosto de 2016 possui ressalva sobre o fato de que em função do propósito em que foram preparadas, não foi apresentado o balanço patrimonial, as informações comparativas, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos resultados abrangentes, a demonstração dos fluxos de caixa para o período de 1 de janeiro a 10 de março de 2016 e as respectivas notas explicativas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. O relatório inclui ainda ênfase sobre o fato de que duas controladas da Companhia possuem elevado grau de concentração de suas operações vinculadas a dois hospitais. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise sobre essas informações financeiras intermediárias de propósito especial, devem levar em consideração essas circunstâncias.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não auditadas da Companhia compreendem a demonstração do resultado consolidado “*pro forma*” referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada e apresentada exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição do controle das entidades do Grupo Delfin, como se ambas as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2015. Estas informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Companhia.

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não auditadas da Companhia compreendem também a demonstração do resultado consolidado “*pro forma*” referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada e apresentada exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição do controle das entidades do Grupo Delfin, como se ambas as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2016. Essas informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Companhia.

As demonstrações do resultado consolidado “*pro forma*” devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas mencionadas anteriormente.

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” foram preparadas conforme a Orientação Técnica OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras “Pro Forma” emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários, com objetivo exclusivo de inclusão no prospecto para Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Em 28 de agosto de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou e autorizou a publicação das informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não auditadas.